

Eleições de 3 de outubro:
Dilma deve ganhar no 1º turno e
categoria exige o cumprimento
do acordo pelo PL 6.613

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO IV – nº 30 – setembro e outubro de 2010

Ideias

EM REVISTA

Ou sai o PCS...



ou o Judiciário para!





Preparatório
para
concursos



Espaço novo com salas de estudos amplas, confortáveis e climatizadas, equipadas com som e data show. Contamos ainda com xerox própria, Casa do Pão de Queijo Express e rede wireless para uso comunitário. Tudo para o seu melhor desempenho na busca pela aprovação.



NOVIDADE!



TURMAS ABERTAS PARA TRIBUNAIS, PETROBRAS, BNDES, ENTRE OUTROS

Turmas Regulares: MPU, CGU, AGU, Pré-militar (ESAEX), BNDES (Advogado, Engenheiro, Contador, Administrador, Economista, Analista de Sistemas), PETROBRAS (Contador, Administrador), Básico Informática (Analista de Sistemas), Agências Reguladoras, entre outros.

Módulos especiais para todos os concursos: Inglês, Espanhol, Matemática Financeira, Raciocínio Lógico, Português, Redação, Informática, Estatística, Módulos de Direito, entre outros;

Conheça o novo projeto do CEAV. Estude em casa com os melhores professores!

Acesse: www.simuladovirtual.com.br



* Desconto para turmas presenciais, não cumulativo para está ou qualquer outra oferta/promoção.

20%
DE DESCONTO

EM QUALQUER TURMA PREPARATÓRIA
para os funcionários, colaboradores,
sindicalizados e seus **DEPENDENTES** do
SISEJUFE

Av. 13 de maio, nº 13, 3º andar - Centro / RJ (ao lado do Teatro Municipal)

TEL: 2215-3901 / 2210-3177

Esporte

ASJT-Rio em parceria com o Sisejufe promove torneio de futebol soçaite, em outubro.

Página 4

**Editorial**

Após 3 de outubro, a categoria deve retomar mobilização para que se cumpra o acordo de aprovação do PL 6613 entre os chefes do Executivo e do Judiciário.

Página 5

**Subsídio na berlinda**

Debate sobre Regimes de Remuneração para o Judiciário Federal mobiliza mais de cem servidores no auditório da SJRJ da Rio Branco.

Páginas 6 e 7

Cidade

O consultor sindical Ernerto Germano Parés critica o controlador principal da Light, a Cemig, do governo de Minas – que tem interesses diversos dos do povo do Rio de Janeiro.

Páginas 8 e 9

**Notas Sindicais**

Agentes de Segurança criam grupo para discutir Resolução 104. Manifestação em Teresópolis cobra apuração contra juiz federal.

Página 10

Humor

Nosso colaborador Fulgêncio, acha que alguns servidores consideram o movimento sindical parecido com a Colheita Feliz do Orkut.

Página 11

Deficientes

Dia 21 de setembro, aniversário de Louis Braille, Sisejufe lembrou o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência em seminário.

Páginas 12 e 13

Violência Doméstica

Não há distinção de idade, condição financeira, nível de instrução, etnia ou religião. Saiba mais.

Páginas 14 e 15

Internacional

Nossa colaboradora Tatiana Lima entrevista a jornalista espanhola Judith Torrea, que escreve sobre o território mais perigoso da América do Norte na atualidade: a fronteira do México com os Estados Unidos.

Página 16 e 17

**Oficina Literária**

Divagações do juiz Genivaldo Alves Neiva sobre o real e a utopia.

Página 18 e 19

Ensaio Fotográfico

Grécia em Crise – Carlos Latuff esteve no berço da civilização ocidental para constatar o caos neoliberal lá instalado.

Páginas centrais

Criança e Adolescente

No aniversário de duas décadas do Estatuto da Criança e do Adolescente, conquistas e contrastes da aplicação da lei.

Páginas 22 e 23

Eleições 2010

Em nossa maior eleição, o Brasil amadurece como democracia multirracial.

Páginas 24 e 25

Eleições 2010

Mídia antiga repete padrão de manipulação de pesquisas e manchetes e tenta levar a eleição presidencial novamente para o 2º turno.

Páginas 26 e 27

Livre Orientação Sexual

Histórias de superação e luta contra o preconceito e a discriminação homofóbica.

Páginas 28 e 29

Gênero e Raça

Magistrada negra, a primeira a condenar por racismo no Brasil, visita o Sisejufe.

Páginas 30 e 31

Geração Analógica

Adeptos de radioamador não se preocupam com o crescimento dos meios digitais de comunicação.

Páginas 32 e 33

Música

Chico César diz que o Rio de Janeiro só tem celebrado o que já é célebre.

Páginas 34 a 36

Reforma Agrária

Plebiscito sobre limite da propriedade da terra, revela um Rio de Janeiro progressista.

Página 37

Latuff

Entenda agora porque a imprensa brasileira é chamada de Partido da Imprensa Golpista.

Página 38



II COPAJUD

Copa da Amizade ASJT-Rio * Sisejufe

A ASJT-Rio em parceria com o SISEJUFE estarão promovendo o Torneio Início da II COPAJUD, no dia 16 de outubro sábado,

Serão 2 times do TRT Capital – (I) Inscrições com Matheus no futebol das sextas no Rio Ativa e (II) com De Paula na 24 VT/RJ

TRT Caxias – Rafael Sorosine, TRT Nova Iguaçu – Junior, Caixa Econômica, Polícia Federal, ASJT-Rio e SISEJUFE.

Aguardamos ainda prováveis inscrições a OAB, AMATRA, ASTRA XX e outros.

As fichas de inscrições estarão disponíveis na secretaria da ASJT-Rio e do SISEJUFE.

O local da competição será definido no dia 1 de setembro pois temos 2 locais em negociação, em ambos os participantes poderão levar suas famílias para desfrutarem em ambos, piscina e área de lazer.

REGULAMENTO:

■ Cada equipe poderá inscrever de 8 a 14 atletas e no máximo 3 estagiários/terceirizados.

Funcionários da ASJT-Rio e do SISEJUFE contam como sindicalizados.

■ Cada equipe, já contando com os estagiários e terceirizados terá que ter no mínimo 50% de servidores filiados ou à ASJT-Rio ou ao SISEJUFE, alternativamente ou mesmo somadas as associações. Não serão aceitas equipes que não tenham o mínimo de 50% de filiados, com exceção das equipes convidadas de fora.

■ Os times deverão estar devidamente uniformizados (camisa/calção e meião), caso haja similaridade nos uniformes será fornecido colete.

OBS: A ficha de inscrição de cada equipe deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: declaração de aptidão física preenchida e assinada

por cada participante além de cópia de documento comprovando sua vinculação ao respectivo trabalho.

■ Cada equipe deverá preencher de forma correta a ficha de inscrição, elegendo o seu representante, sendo este o único autorizado a se dirigir a Comissão Organizadora da COPAJUD.

Para o Torneio Início (16 de outubro)

No torneio início as doze equipes jogam um mata-mata, algumas ficando de bye de acordo com o sorteio, dez minutos, sem intervalo, durante todo o dia, como forma de promover a integração e o torneio. Somente o campeão levará como prêmio um troféu, menor que o de campeão do campeonato. Havendo empate durante os jogos, haverá cobranças de penáltis, 3 por equipe, permanecendo o empate, cobranças alternadas.

Para o campeonato

A taxa de inscrição é de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por time (independente do número de jogadores).

Os jogos serão durante a semana à noite e nos fins de semana nos domingos.

O torneio deverá contar com 12 equipes divididas em 3 chaves de 4. Cada chave os times jogarão entre si. 3 jogos por chave. Os dois primeiros colocados de cada grupo avançam à segunda fase, mais os dois melhores segundo lugares. Se formam mais duas chaves com três jogos, avançando o campeão e o vice para as semifinais em mata mata, sendo que os primeiros colocados levam a vantagem do empate. Os vencedores disputam a decisão e os perdedores o terceiro e quarto lugares. Premiação de troféu e medalhas para os três primeiros, além de placa para o artilheiro, o craque e a revelação da competição escolhidos pela comissão organizadora.

O campeão receberá a faixa e o troféu num jogo comemorativo contra a seleção do campeonato, escolhida pela comissão organizadora.

Em caso de empate na fase inicial o desempate ocorrerá : Pontos ganhos, Nº de vitórias, saldo de gols, Gols Pró, Gols Contra, Cartões Amarelos, Cartões Vermelhos e por último sorteio.

Para a II COPAJUD

A taxa de inscrição é de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por time (independente do número de jogadores).

Alem da taxa de inscrição, será cobrada a taxa por jogo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por time. O valor destina-se,refere-se à arbitragem e aluguel do campo.

Se houver 12 equipes serão 3 grupos de 4, com cada equipe jogando no mínimo 3 vezes. Se classificam para a segunda fase os 2 primeiros de cada grupo e os dois melhores 2 colocados.

Para que haja mais jogos, a segunda fase também será de grupos, com cada equipe jogando mais 3 vezes, garantindo a cada equipe o mínimo de 3 jogos, e a cada equipe classificada, o mínimo de 6 jogos.

Cada equipe se compromete a não desistir do campeonato, ainda que esteja desclassificada, para que não haja W x 0, já que a idéia e a diversão e a confraternização.

Os dois primeiros colocados da segunda fase disputam a fase final em mata mata, o primeiro de um grupo contra o segundo do outro grupo. Os primeiro de cada grupo tem a vantagem do empate. Os vencedores fazem a final.

Haverá um jogo comemorativo, ASJT-Rio x SISEJUFE, antes do início da competição.

Servidores de todo o País cobram de Peluso definição sobre PCS

Na manhã da terça-feira, 28 de setembro, servidores do Judiciário Federal e do MPU participaram de ato público em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), oportunidade em que protestaram contra a não inclusão da previsão orçamentária do PL 6.613/09 na LOA de 2011 (Lei Orçamentária Anual). Além disso, os manifestantes, por meio de palavras de ordem em defesa do PCS, reivindicaram que o ministro Cezar Peluso, presidente do STF, tome uma posição mais firme junto ao governo federal para que os dois Poderes resolvam o impasse em relação ao orçamento do novo plano de cargos e salários da categoria. Duas faixas da Fenajufe com os dizeres “Reajuste só para juízes e procuradores não é justo!” e “Peluso, Gurgel e Lula – Estamos na luta pelos PCSs até a vitória!” reforçaram o protesto dos servidores.

O ato contou com a participação de delegações de diversos estados da Federação, inclusive do Rio de Janeiro. Diversos coordenadores executivos da Fenajufe também estiveram presentes. No início, o objetivo dos coordenadores da Fenajufe era entrar, com as faixas, no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para mostrar ao ministro Peluso e demais membros dos CNJ a disposição dos servidores em se manterem mobilizados até que os projetos de revisão salarial sejam finalmente aprovados. No entanto, o esquema de segurança barrou a entrada dos manifestantes e também impediu que os servidores permanecessem na escada que dá acesso à porta de entrada do STF.

“Nos proibiram de participar da sessão do CNJ, nos impediram de

usar o carro de som e ainda não permitiram que ficássemos na porta de entrada. Mas não conseguimos nem vão conseguir nos calar. A categoria está mobilizada, porque somos nós que desenvolvemos o trabalho do Judiciário e não podemos ficar sem reajuste, enquanto os juízes recebem reajuste todos os anos”, disse o coordenador da Fenajufe Marcos Santos, também diretor do Sindjufe-PB.

Jacqueline Albuquerque ressaltou que o ato público era uma manifestação pacífica da categoria, por uma reivindicação justa, que é a revisão salarial. “Estamos desde 2008 sem reajuste, diferente dos magistrados, que recebem aumento anualmente. A nossa reivindicação é justa e, por isso, exigimos mais respeito e esperamos que o presidente do STF nos receba ainda hoje”, pontuou a coordenadora da Fenajufe, explicando que a Federação reivindicava uma reunião ainda hoje com o ministro Cezar Peluso.

Os coordenadores da Fenajufe Ramiro López, Iracema Pomper Mayer e Evilásio Dantas, enquanto o ato ocorria na porta do STF, foram recebidos pelo diretor geral Alcides Diniz. Na ocasião, os dirigentes sindicais pediram o apoio do DG para que o presidente do STF recebesse os manifestantes. Na avaliação do coordenador Zé Oliveira, embora a Federação não tenha sido recebida pelo presidente do STF, o ato do dia 28 de setembro cumpriu seu papel, já que alguns coordenadores foram recebidos pelo diretor geral, além da cobertura de alguns veículos da grande imprensa, que estiveram na manifestação.

Da Fenajufe – Leonor Costa

O momento decisivo está chegando. Após a eleição do dia 3 de outubro próximo, teremos de voltar às ruas pelo nosso PCS – o Projeto de Lei 6.613/2009. Na assembleia geral da terça-feira, dia 28 de setembro, em frente ao TRF, a categoria reafirmou, com 80% dos votos, sua intenção de luta pelo PL original, rejeitando qualquer emenda de subsídio. Deliberou-se também pela retomada imediata da luta, caso o acordo firmado entre os presidentes da República e do Poder Judiciário não seja cumprido.

Segundo o Secretário de Recursos Humanos do STF, Amárico Vieira de Oliveira, após as eleições o presidente do STF, Cezar Peluso vai cobrar do Presidente Lula o acordo firmado antes das eleições – de aprovação do PL 6.613 original, com 54,6% de aumento para todos, sem discriminação de cargo e nem tempo na carreira. Então, temos de aproveitar esta oportunidade, contando com a possibilidade de eleição de Dilma já no primeiro turno (o que nos dará mais 4 semanas de luta) para fazer valer a palavra de ambos, Lula e Peluso.

A eventualidade de um segundo na eleição presidencial, significa para a nossa categoria, mais um mês de luta pelo cumprimento do acordo do PCS, adiando a definição do

nosso projeto. Assim, além da questão da plataforma dos trabalhadores, sobre a qual há claramente um avanço quando se compara a candidatura de Dilma com relação ao retrocesso que foi o neoliberalismo demotucano, necessitamos dessas quatro semanas para decidirmos nossa vida e voltarmos à luta. A não prorrogação das eleições é estratégica para nós.

Pelo calendário aprovado em âmbito nacional, está agendada uma Plenária da Fenajufe para 9 de outubro, o Dia Nacional de Luta em 13 de outubro – que é o dia da reunião do ministro Cezar Peluso com a Fenajufe – e, caso o projeto ainda não esteja acordado, a previsão de organização de greve ainda no mês de outubro, visando fazer valer o acordo verbal entre os chefes do Executivo e do Judiciário.

Não estamos mais em compasso de espera. Após 3 de outubro, com a provável vitória da candidata Dilma Rousseff no primeiro turno, é todo mundo na rua para garantir a votação do nosso PCS original (já que 80% da categoria rechaça a emenda do subsídio), já preparando outra grande luta do Judiciário, talvez uma grande greve para garantir o PCS4, assim como as grandes greves da categoria garantiram os planos de cargos e salários anteriores.



SISEJUFE

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo – **ESTAGIÁRIA:** Tatiana Lima
DIAGRAMAÇÃO: Kamilo – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Texto e Fotos
Henri Figueiredo*

Num auditório lotado com mais de cem servidores, no Anexo II da Justiça Federal, na avenida Rio Branco, o Sisejufe promoveu o primeiro Debate sobre Regimes de Remuneração para o Judiciário Federal, na noite de quinta-feira, 16 de setembro. O interesse da categoria no tema foi evidente desde o primeiro painel de Vera Miranda, especialista em Carreira e Gestão Pública e mestrande em Gestão de Serviço Público. Vera apresentou conceitualmente os dois modelos de remuneração e os colocou na perspectiva da construção de um Plano de Carreira para a categoria – exemplificando com experiências recentes vividas por outros servidores públicos federais. Na defesa do Projeto de Lei 6.613, o convidado foi o secretário de Recursos Humanos do Supremo Tribunal Federal, Amarildo Vieira de Oliveira. Na exposição da preferência pela mudança para o regime de Subsídio, a plateia ouviu o analista judiciário Marcell Manfrin Barbacena, do TRE da Paraíba, que é integrante da Comissão Pró-Subsídio. O debate foi mediado pelo diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano.

No primeiro painel, Vera Miranda explicou que no regime de subsídio há um maior controle governamental sobre o impacto orçamentário da folha. “Em vez dos 14 ou 15 padrões atuais da categoria do Judiciário, no regime de subsídio há 4 ou 5, 7 no máximo”. De acordo com ela, o subsídio como política salarial hoje não serve apenas para fazer o controle de piso e teto e estabelecer uma relação de transparência de gestão – ele existe para fazer a política de valorização das carreiras consideradas estratégicas pelos governos. Foi assim que ocorreu com algumas categorias, mas não abrange todas – ela pondera. “No exemplo da Polícia Federal, não foi todo o corpo da ins-



Vera Miranda, especialista em Gestão Pública, fala à categoria no auditório da JF da Rio Branco

tuição que levou o subsídio”, deixou claro.

Vera Miranda mostrou que, ao se fazer a migração da malha salarial de hoje para a malha do subsídio, não se leva em conta a política de construção da tabela salarial, que hoje reflete o movimento de desenvolvimento do servidor se reproduzindo na política salarial ao longo do tempo. De acordo com a especialista, o ideal é que na carreira – e o debate do PL 6613 contempla isso e feito durante três anos na categoria – haja um mecanismo de “caminhar” que garanta ao servidor chegar à aposentadoria no ápice salarial, sem perda e sem desestímulo. Vera apontou também também da maneira como a emenda do subsídio foi apresentada, na verdade o que se tentou fazer foi estabelecer um vencimento básico único. A emenda, da forma como está, não é propriamente a migração para a política de subsídio – que não contemplava níveis salariais. A segunda questão é que em todas as carreiras em que foi apresentada a proposta de subsídio, ela contemplou os cargos considerados estratégicos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

(MPOG). Isso pode fazer com que parte da categoria fique do aumento, ou tenha um índice menor – como o exemplo da Fasubra em que os professores universitários tiveram aumento bem superior ao corpo técnico.

Em seguida, o analista judiciário do TRE da Paraíba, Marcell Manfrin Barbacena, defendeu a migração para o regime de subsídio. “A Emenda Constitucional 19, de FHC, é a regulamentação mais nova do subsídio, com a Reforma Administrativa de 1998.” Para Marcell, o regime é um mecanismo que protege tanto o Estado quanto o servidor. “Além disso tem as outras vantagens como amoralização da folha de pagamento, transparência e correções de disparidades salariais. Após 98, houve uma grande valorização dos servidores públicos, mas a folha de pagamento estava viçada – no sentido que havia muitos processos judiciais de conversão de moedas, de incorporação que incidiam sobre a remuneração que antes era paga. Então, o subsídio em parte foi instituído nessa Reforma Administrativa para tentar normalizar essa folha de pagamento”, defendeu Marcell.

Na sequência de sua argumentação, o integrante da Comissão

Pró-Subsídio, respondeu as questões que, segundo ele, são as principais dúvidas da categoria em relação à mudança de regime de remuneração, como, por exemplo, quais as rubricas que ficam e quais saem. “A parte de vencimento básico, gratificações e vantagens pessoais, é a que mais se altera – ficam todas incorporadas ao subsídio. Quem está na ativa, pode perder insalubridade, periculosidade, penosidade, serviço extraordinário e serviço noturno – estas duas últimas pelo entendimento que já há de que só deve isso ao servidor por má gestão da Administração”, admitiu Marcell.

Em sua apresentação, Amarildo Vieira de Oliveira, secretário de RH do STF, lamentou que no regime de subsídio exista também a perda do Adicional de Qualificação (AQ). “A Gratificação de Atividade Externa (GAE), do oficial de justiça também seria um perda, até porque foi uma forma de uniformizar o tratamento e dar estabilidade para os oficiais de justiça”, disse Amarildo. Com a GAE, cerca de 6 mil funções comissionadas ficaram disponíveis para servidores de carreira. Com a extinção, pelo subsídio, da GAE e o retorno das FC’s aos ofici-

ais, estes mesmos servidores perderiam suas funções. Ele lembrou também que o subsídio determinaria o fim da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS). “No início eu fui contra a GAS, mas hoje, como gestor da área, eu vejo que ela tem as vantagens de resgatar servidores, levá-los de volta para a sua área e profissionalizar o serviço de segurança”.

Segundo Amarildo, com o subsídio haverá a inversão da evasão. Ao invés de conter a evasão, com a implantação do regime do subsídio ela pode ser deslocada para os níveis mais elevados. De acordo com ele, a medida do subsídio é complexa, inexistente ganho imediato, a melhora prometida é distante e a divisão política será irremediável na categoria.

Respondendo a um servidor, que questionou a veracidade da informação divulgada pelo Sisejufe, de que a proposta de subsídio do MPOG não contemplava os técnicos, Amarildo foi categórico: “A proposta do subsídio feita pelo MPOG não contempla os técnicos e auxiliares. Eles já bateram na mesa e disseram que a tabela é inaceitável! Disseram que não têm parâmetros para esses valores no nível médio. Embora a gente saiba que tenha, no próprio Executivo. Zero por cento de aumento para os técnicos. A proposta feita como subsídio pelo MPOG, lá atrás, foi os 54,6% da nossa tabela apenas para os analistas, nada para o técnico. E a tabela da gestão, no futuro (como na Receita e no Bacen)”, explicou o secretário de RH do Supremo.

Em sua intervenção, Roberto Ponciano lembrou que, segundo o representante do Sindicato Nacional dos Analistas do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito, em Campinas, o MPOG não cumpriu a promessa de igualar o Bacen à Receita Federal. “A aceitação do subsídio levou o Bacen a adotar a estrutura piramidal, ou seja, o servidor só muda de classe quando alguém da classe acima é promovido, se aposenta ou morre. Além do que, em várias categorias, os técnicos ficaram totalmente de fora da tabela do subsídio ou receberam aumento muito menor do que os analistas”, finalizou.

*Da Redação.



Herval L. do Amaral Junior

Técnico Judiciário Informática SJRJ Rio Branco



“Eu achei o evento ótimo. Mas me senti aviltado como ser humano com a ideia de que no Subsídio “todos os gatos são pardos”. Deu a impressão de haver duas espécies diferentes de servidor. Uma, de servidores incompetentes que têm é que ganhar menos mesmo; e outra, de seres superiores que preci-

sam ganhar mais para se sentirem estimulados. Esse foi meu desabafo. Veja bem, eu aceitaria lutar pelo PL 6.613, como eu aceito lutar pelo Subsídio – que, em números, é melhor pra mim. Estou há 14 anos na carreira. Sou do concurso de 1994. A única coisa que eu não gostaria de ver é o individualismo prevalecer sobre a classe do Judiciário. As garantias individuais, tudo bem. Mas, a exorbitância do ego não pode prevalecer quando se trata de uma categoria que é sindicalizada. Não estou sendo oposição ao sindicato, só não gosto do modo como as coisas às vezes são colocadas porque para mim o Subsídio é preferível – por diminuir o contraste dentro da categoria do Judiciário. Só isso. Se vier o PL 6613, é melhor do que nada!”

Brian Dwyer

Oficial de Justiça há 23 anos da SJRJ da av. Venezuela



“Sou favorável ao PL 6613 porque a gente já vem com essa expectativa há bastante tempo. Acho que é válido debater o Subsídio no futuro, mas nesse momento é péssimo. Qualquer mudança de rota agora vai dar munição ao MPOG

para postergar mais ainda o reajuste. Isso ficou bem claro no debate de hoje. Achei a iniciativa excelente e os debatedores com um bom nível – acho que deve ser assim sempre no sindicato. O que vi é que os defensores do Subsídio, apesar do esforço em fazer uma mesma camiseta, padronizar tudo, não conseguiram sensibilizar a maioria. Ao menos não nesse momento e do modo como foi proposto nas emendas. Agora, eu acredito que, desde a Revolução Industrial, a organização sindical é a única maneira de a classe trabalhadora se manifestar por assembleias. Não é possível você vir por atalhos – isso seria um arrivismo, uma busca errada, um equívoco político, um equívoco ético grave.”

Valter Nogueira Alves

Coordenador-executivo da Fenajufe
Diretor do Sisejufe

“É extremamente importante a participação de todos vocês no debate até para que nós possamos sair daqui mais conscientes daquilo que a gente está pensando da nossa carreira e do nosso futuro. Nós sabemos que a carreira do Judiciário, entre aposentados e servidores da ativa, chega a quase 120 mil servidores hoje. As carreiras que conseguiram essa tabela, que foi colocada, de R\$ 18 mil, são carreiras extremamente pequenas: auditores, delegados federais, a diplomacia. Outra questão é que todas essas carreiras que recebem praticamente o teto que está colocado nessa tabela proposta por subsídio, elas têm dentro de suas estruturas cargos de terceiro grau. Por exemplo, a Receita Federal paga aquela tabela para o auditor fiscal, mas não paga para o analista tributário. A Polícia Federal paga aquela tabela para o delegado, mas não paga para o servidor da área administrativa. A Diplomacia paga aquela tabela para o diplomata, mas não paga para o oficial de chancelaria. Então a gente tem que ter a compreensão e consciência de que estamos nos enganando se achamos que vamos receber aquela tabela proposta em forma de subsídio, naqueles valores. O que é claro é que nós estamos nos dividindo. Outra coisa é importante: nós não somos uma carreira, somos três carreiras – auxiliar, técnico e analista.”

Explosões de bueiros, apagões e... "gatos"?



As explosões em bueiros da Light vêm ocorrendo com frequência no Centro e em bairros da Zona Sul da cidade. Só neste ano, mais de dez casos ocorreram. Na manhã de quarta-feira, 11 de agosto, saiu fumaça de um bueiro em Ipanema, na Zona Sul. Mas a direção da Light prefere se preocupar com a "caça aos gatos".

Ernesto Germano Parés*

O verão 2009/2010 pareceu nos transportar no tempo e voltamos ao tristemente famoso verão de 1998, quando a população do Rio de Janeiro viveu um caos no sistema de distribuição de energia e não foram poucos os prejuízos. Mais recentemente, o cidadão carioca anda pelas ruas temendo que mais um bueiro da Light exploda.

Para comentar tudo isto, seria preciso um rápido olhar em direção à origem dos problemas. Mais precisamente, para maio de 1996 quando a Light foi privatizada em um leilão – para dizer o mínimo – irregular. O governo federal obrigou o BNDES a comprar uma parte das ações para alcançar o valor mínimo que tornasse legal o processo.

Aí estava a origem dos nossos problemas. Em primeiro lugar, a política implantada de redução dos quadros de funcionários da empresa. Para se ter uma ideia do que aconteceu basta dizer que a Light foi privatizada em maio de 1996 e em agosto do mesmo ano já havia dispensado cerca de quatro mil e quinhentos trabalhadores. O mais grave é que 62,5% desses demitidos eram dos setores operacionais da empresa. Ou seja, os que efetivamente cuidam da distribuição e da manutenção das linhas.

Mas os novos controladores, tendo o grupo francês EDF à frente, não pararam aí. Durante todo o ano de 1997 foi mantida a prática de "redução do quadro funcional" através de planos de demissões incentivadas, incentivos à aposentadoria, etc. Já no primeiro semestre de 1997 a Light começa a priorizar a prática de terceirização de serviços.

Para se ter uma ideia do que isto significa, antes da privatização (1996) a Light tinha uma relação consumidor por empregado igual

a 247 (ou seja, 247 consumidores para cada empregado). Um ano depois, em 1997, esta relação passou a ser de 461 consumidores por empregado. No início de 2010 a relação era de pouco mais de 900 clientes por empregado! Mas a direção da empresa alega que os terceirizados complementam o quadro mantendo o equilíbrio próximo ao que era antes da privatização.

Isto não é verdade! Com a redução do número de operadores de subestações em aproximadamente 40%, a Light adotou um sistema de operações centralizadas que deixava várias estações sem equipe própria. A redução de pessoal fez também com que vários setores de atendimento à rede de distribuição fossem extintos. No caso de Nilópolis, por exemplo, o serviço passou a ser realizado pelo setor de Nova Iguaçu, distante mais de 30 quilômetros, e Capivari é atendido pelo setor de Belford Roxo, distante mais de 60 quilômetros, fazendo com que a demora no atendimento fosse maior.

Por fim, em março de 2006, a EDF resolve se retirar da Light. Mas vale registrar que durante todo este processo a Light não parou de demitir trabalhadores, reduzindo seu quadro operacional e substituindo por terceirizados. No mesmo período verificamos o salto no número de acidentes de trabalho, muitos com morte.

No final de outubro de 2009, a Cemig finalmente anunciou o que todos já esperavam: assumir a maior parcela na Light. No dia 16 de novembro, tomamos ainda conhecimento de que a Cemig estava também se valorizando no mercado financeiro. A agência de classificação Standard & Poor's havia melhorado a classificação da estatal mineira. Em outras palavras, desde o início de 2009 a Cemig (leia-se governo de Minas Gerais) vem

ampliando seus investimentos no setor e conquistando novos espaços.

Certamente que isto tem reflexos nos setores operacionais das suas distribuidoras. No caso da Light, que já havia passado por um violento processo de redução de quadros e corte nos investimentos de modernização, isto se tornou ainda mais evidente. O povo do Rio de Janeiro tem constatado isto na prática. Basta caminhar pelas ruas do Rio para ver que há muito a Light não se preocupa com poda de árvores ou manutenção dos transformadores. Basta uma pequena chuva para um corte repentino no fornecimento.

Mas o problema principal, em nosso entendimento, é ainda mais grave. A Light não se preparou para o aumento do consumo! Vamos esclarecer...

Até 2003, antes da reforma feita pelo governo Lula no setor elétrico nacional, havia uma verdadeira ciranda financeira com o mercado de energia. As distribuidoras estaduais, todas privatizadas no governo FHC, compravam de Furnas mais energia do que necessitavam e depois repassavam esta energia no Mercado Independente (também criado por FHC). Um exemplo claro é o da Light que também gera em suas usinas, mas a um preço muito acima da energia produzida em Furnas (por serem mais antigas e com produtividade menor). O que fazia a Light, antes de 2003? Comprava de Furnas mais energia do que necessitava e depois vendia no mercado ao preço da energia que ela mesma produzia.

Para exemplificar: a energia produzida por Furnas custava, em dólares, quase a metade da produzida pela Light. Então, a distribuidora fluminense comprava um excedente de Furnas e vendia como se fosse sua. Um lucro fácil, sem investir nada!



População passa, indiferente ao risco, próximo a bueiro fumegante na esquina da Uruguaiana com Presidente Vargas, em 25 de maio

Com a reforma introduzida por Lula, esta ciranda acabou.

Além de precisar fazer caixa para atender aos projetos de expansão da Cemig, a Light não fez a devida projeção do aumento do consumo no Rio de Janeiro. O Brasil vive uma economia estável, mesmo tendo sido atingido pela crise internacional de 2008, e a população está consumindo mais. Institutos de pesquisas já demonstraram que, desde 2007, uma considerável fatia da população entrou no mercado consumidor: é o famoso “crescimento da classe média”, constatado em todos os estudos feitos. E esta parcela da população que passa a ter mais poder aquisitivo vai representar um óbvio aumento no consumo de energia. Só a Light, envolvida nos seus problemas internos – nas prioridades do seu controlador principal –, não viu isto! As prioridades da Cemig não são as mesmas do povo do Rio de Janeiro. E isto ficou demonstrado nos casos recentes falta de energia.

Mas é preciso destacar que, a Light encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 98,3 milhões. No semestre, o lu-

cro da companhia alcançou os R\$ 218,8 milhões. De abril a junho, a receita bruta da Light fechou em R\$ 2,233 bilhões, um aumento de 8,2% sobre os R\$ 2,064 bilhões alcançados no mesmo trimestre de 2009. No primeiro semestre, houve acréscimo de 7,5% na receita bruta, que terminou em R\$ 4,721 bilhões, ante R\$ 4,39 bilhões no mesmo período do ano passado.

Mesmo conhecedora de todo este quadro, a Light resolve anunciar uma campanha de combate aos “gatos” e lança na população uma ameaça de que esses são os responsáveis por um possível aumento nas tarifas. As perguntas a serem feitas: serão os “gatos” a razão das explosões de bueiros?

Serão os causadores dos apagões no verão? Os “gatos” causam os acidentes de trabalho que tiram vidas de trabalhadores? Ou estará a Light preocupada em aumentar ainda mais o seu lucro, ainda que tenhamos que continuar ameaçados pela explosão de mais um bueiro?

*Escritor, consultor sindical e assessor político do Sintergia-RJ

Desde 2007, uma considerável fatia da população entrou no mercado consumidor: é o famoso “crescimento da classe média”, constatado em todos os estudos feitos. E esta parcela da população que passa a ter mais poder aquisitivo vai representar um óbvio aumento no consumo de energia. Só a Light, envolvida nos seus problemas internos – nas prioridades do seu controlador principal –, não viu isto! As prioridades da Cemig não são as mesmas do povo do Rio de Janeiro.

Agentes de Segurança criam grupo para discutir Resolução 104

Em reunião realizada pelo Núcleo dos Agentes de Segurança (NAS) do Sisejufe, em 14 de setembro, mais de 30 servidores aprovaram proposta de criação de Grupo de Trabalho Organizacional para discutir a Resolução 104 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 6 de abril de 2010. A instância será composta por comissões temáticas que debaterão cada pauta relativa à categoria. O objetivo é elaborar documento que apresente contribuições à resolução e que será apresentado à direção do sindicato para as providências cabíveis.

A resolução trata da criação de Fundo Nacional de Segurança, garantindo ações referentes à competência da Segurança Judiciária, com estratégias de reforço à segurança, da qualidade de trabalho, criação de comissão permanente, articulação com órgãos policiais, formação para os agentes, dentre outros temas. A atividade foi coordenada pelo agente de segurança e diretor do Sisejufe Renato Gonçalves da Silva, com a colaboração do servidor Gustavo José Duarte. (Bianca Lessa). ■

CJF exclui plano de saúde da margem consignável dos servidores

O Conselho da Justiça Federal (CJF) deferiu requerimento do Sisejufe para excluir o desconto do Plano de Saúde Unimed, conveniado do sindicato, da margem consignável dos servidores. Margem consignável é o percentual máximo da remuneração mensal que o funcionário pode comprometer para pagamento das prestações de empréstimos. A decisão foi proferida em sessão do dia 31 de agosto e baseou-se na possibilidade legal de o CJF alterar a Resolução 4/2008, que trata do tema.

Ao considerar o desconto relativo ao plano de saúde como consignação facultativa, o relator do processo,

desembargador federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, propôs que seja incluída a contribuição para planos de saúde de qualquer natureza nas redações dos Artigos 141 e 143 da Resolução 4/2008.

Desta forma, ficam excluídos do limite de 30% da remuneração, provento ou pensão para a margem consignável do servidor os descontos da Unimed-Rio, assim como os já previstos na regra, referentes a amortizações de financiamento para aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial, e prestação de aluguel de imóvel residencial. (CJF). ■

TRT adota auxílio-saúde para quem não participa de convênio

Após pressão da direção do Sisejufe, que entrou com processo administrativo e ação judicial com pedido de liminar, os servidores do TRT do Rio poderão optar por um plano de saúde e receber auxílio-saúde creditado em folha. Diante da cobrança do sindicato, o Programa de Assistência Complementar à Saúde passou a ter nova regulamentação. A Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT publicou no Diário Oficial de 24 de setembro a Resolução Administrativa 25/2010 do Órgão Especial deste Tribunal, dando novo formato.

A partir de agora, além de o tribunal manter um plano de saúde coletivo contratado por licitação, também pas-

sará a conceder auxílio pecuniário a qualquer servidor que não tenha optado por pertencer no convênio do tribunal. O auxílio-saúde será creditado em folha de pagamento e terá valor per capita igual ao do custeio das mensalidades dos beneficiários do plano de saúde mantido pelo tribunal.

“Vale ressaltar que agora os servidores do TRT que quiserem optar pelo convênio que o Sisejufe mantém com a Unimed já podem fazer a troca. Eles terão direito a receber o mesmo valor que o pago a Amil do TRT. O Sisejufe está neste momento com uma campanha de carência zero” afirma o diretor do sindicato Roberto Ponciano. (TRT e Imprensa Sisejufe). ■

Sisejufe pede devolução do IR sobre juros de 11,98% recebidos pelos filiados do TRE

Em ação coletiva movida em substituição processual, o Sisejufe pede a devolução do imposto de renda incidente no pagamento de juros de mora sobre 11,98%. O percentual resultou do equívoco cometido pela União na conversão das remunerações dos servidores do Poder Judiciário da União em URV, em fevereiro de 1994. Com o erro, os servidores

receberam parcelas em atraso, porém sem os juros de mora devidos. Posteriormente, os juros foram reconhecidos e pagos, mas com desconto do imposto de renda. Segundo o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano “a matéria está pacificada no Poder Judiciário, que não admite a incidência de imposto de renda sobre juros de mora”. (Departamento Jurídico). ■

Manifestação em Teresópolis cobra apuração de denúncias contra juiz federal

A falta de apuração de supostos atos arbitrários cometidos pelo juiz Alcir Luiz Lopes Coelho, da Vara Federal de Teresópolis, foi denunciada mais uma vez à sociedade. Em 27 de agosto, a direção do Sisejufe realizou ato em frente ao foro da cidade serrana em “comemoração” a um ano meio sem que as denúncias tenham sido apuradas. A manifestação, que teve bolo de aniversário, contou com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ), do Partido dos Trabalhadores (PT), de sindicatos e advogados da região. A OAB enviou nota de apoio. Advogados, servidores da Vara Federal e estagiários estiveram presentes, mas preferiram não se manifestar com medo de represália.

Durante a manifestação, os participantes distribuíram carta à população informando o que vinha ocorrendo na Vara de Teresópolis. O diretor do Sisejufe e da CUT-RJ, Roberto Ponciano, denunciou os supostos abusos cometidos pelo magistrado e relatou que os advogados, o sindicato, os servidores, a AGU, o Ministério Público já pediram a saída do

magistrado do setor. Segundo Ponciano, dois juízes federais, sendo um substituto, prestaram depoimento contra o magistrado, sem que, no entanto, a corregedoria tenha tomado atitude para sanar os supostos abusos cometidos.

“Testemunhas dos atos supostamente praticados pelo magistrado e denunciados pelo sindicato à corregedoria já foram ouvidas, mas até agora nada aconteceu”, afirmou Ponciano.

O diretor informou que o sindicato já recorreu Conselho de Justiça Federal (CJF) e se for necessário irá ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Aqueles que deveriam denunciar o caso e não o fizeram (a corregedoria), sequer olharam para os supostos ilícitos administrativos cometidos, como o beneficiamento de um escritório de advocacia nos casos do juizado e o uso irregular e diário da viatura administrativa da vara pelo juiz federal. Iremos ao CJF pedir que as denúncias sejam apuradas e ao CNJ denunciando a não-apuração por parte da corregedoria”, afirmou. (Imprensa Sisejufe). ■

Sisejufe cobra detalhamento dos passivos da URV no TRT

A direção do Sisejufe, por meio do Departamento Jurídico, protocolou ofício dia 27 de agosto cobrando explicações ao TRT do Rio a respeito da desigualdade de pagamento de parte dos passivos da URV devidos a aposentados e pensionistas do tribunal, em relação aos valores quitados para os servidores da ativa. De acordo com a diretoria, a matéria surge em face de relatos de falta de equiparação, em

que verbas destinadas ao pagamento dos valores atrasados reconhecidos foram manipuladas e proporcionalizadas em prejuízo dos inativos e pensionistas do tribunal.

Segundo o Departamento Jurídico do Sisejufe, após a resposta do TRT, a entidade sindical adotará as medidas para restaurar imediatamente o equilíbrio nos pagamentos. (Departamento Jurídico). ■

Divisor de horas extras - Sisejufe pede a alteração no TRE

Com base em precedentes judiciais e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Sisejufe pediu a alteração do divisor de horas extras pago aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), adequando-se o divisor de 200 para 175. O processo recebeu o número 77.221/2010 e pede a mudança imediata do critério de cálculo, bem como o pagamento dos valores retroativos, pois o valor derivado da divisão por 200 é inferior ao vinculado a 175, prejudicando os servidores que laboram extraordinariamente.

O problema é comum em órgãos do Poder Judiciário, mas graças às intervenções das entidades sindicais, colheram decisões favoráveis à mudança, visto

que a jornada máxima de trabalho dos servidores estatutários é de 40 horas semanais, permitido ao Administrador escolher entre 6 a 8 horas diárias.

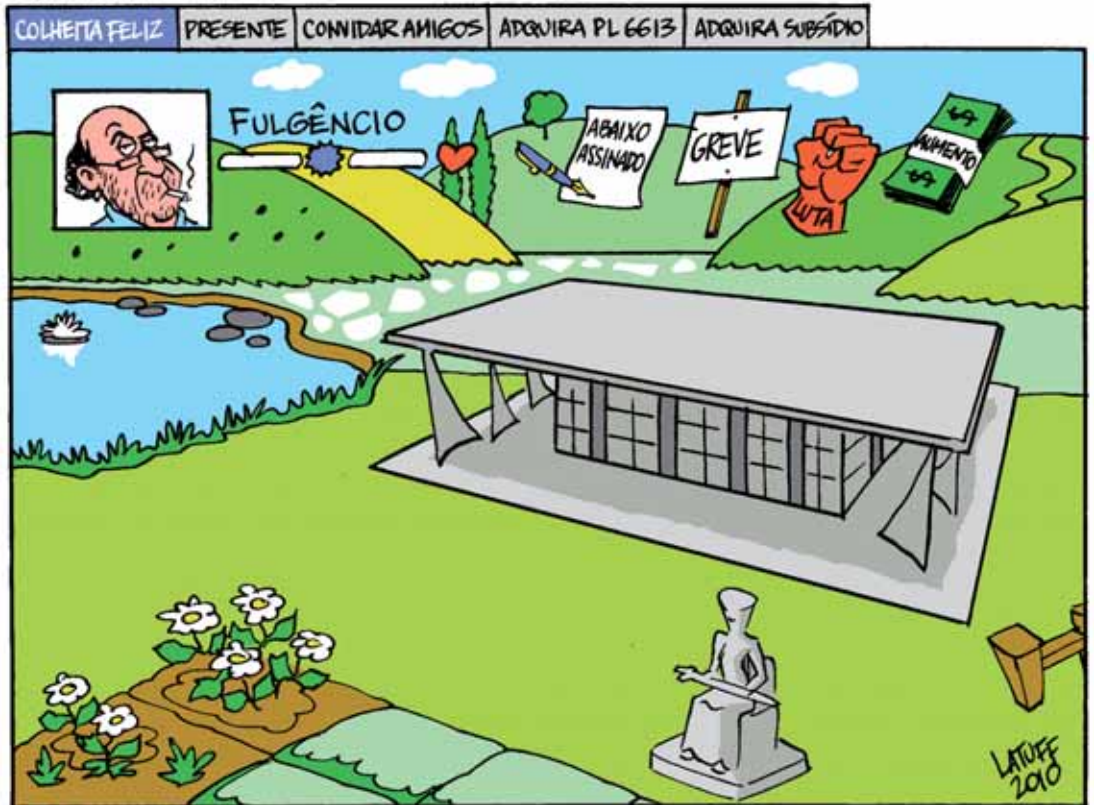
Demonstrando a equação que define o divisor correto para a Justiça Eleitoral no Rio de Janeiro, o sindicato apresenta o valor de 175, que deve substituir o anteriormente praticado (200), gerando horas extras mais valoradas. O assessor jurídico Rudi Cassel informa que foram apresentados requerimentos com resultados favoráveis em outros órgãos e, recentemente, a matéria foi objeto de deliberação do Conselho Nacional da Justiça para a Justiça do Trabalho. (Departamento Jurídico). ■

Casos da Greve do Judiciário de 2010

Estou de volta, depois de quase ter apanhado por conta do texto sobre o Congrejufe de Fortaleza. O editor desta fantástica Ideias em Revista me exigiu que lhe pagasse um omelete no Paladino acompanhado de um bom vinho tinto para que pudesse aceitar a matéria que fiz sobre as peculiaridades da última greve do Judiciário. Greve é sempre um momento ímpar, de luta, de entrega, mas que também conseguimos observar as maiores curiosidades e bizarrices existentes numa categoria. Bizarrices do tipo: uma senhora apareceu de Louis Vitton, numa assembleia, dizendo que nunca tinha participado antes de qualquer assembleia, mas que estava ali para ser a voz daqueles que não queriam participar, sugerindo meios mais adequados para a luta. Afinal, quem está sentadinho no ar-condicionado, quietinho, e não quer descer sequer para lutar pelo seu salário tem que ser representado, nem que seja por procuração. Sugeri também que se use o meio virtual para lutar, abaixo-assinado virtual, discussão virtual, chat do aumento, orkut estou em greve... e o aumento também vai ser virtual, no estilo colheita feliz... Ainda bem que a categoria nem a levou em consideração... esta vai voltar para a comunidade no orkut.

Mas houve momentos mais emocionantes. Numa acalorada discussão no Comando de Greve, um diretor sindical propôs que a vanguarda fungasse no calcanhar da categoria! Ué, perguntou alguém, não é no pescoço? "Sim, mas começa pelo calcanhar..." Bem, até chegar ao pescoço, o nariz dos sindicalistas vai ter que passar em cada lugar! Na mesma reunião, logo após o Brasil tomar de 2 x 1 da Holanda, outro di-

COLHEITA FELIZ DO JUDICIÁRIO FEDERAL



retor sindical garantiu que a categoria só iria sentir a perda da Copa, notar a tragédia, depois da decisão entre Holanda x Espanha... Como assim?

Mas não ficamos nisto, temos momentos ainda mais brilhantes, num discurso no fim da greve, quando precisávamos aumentar o nível de mobilização, outro ilustre diretor saiu-se com esta: "Temos que avançar como camaleão!" Peraí! Será que é para mudar de cor ou é para ficar mostrando a linguinha? O mesmo diretor foi o grande destaque oratório da greve, com momentos muito criativos. Ele disse que toda greve precisa de líderes, como Che Guevara, Ghandi e o maior de todos, Jesus Cristo. No caso do TRT, o líder seria o presidente do sindicato! Aí passa um gaiato e solta esta: coitado do sujeito, Che foi fuzilado, Ghandi

morto à queima-roupa, Cristo crucificado... se eu fosse ele pedia garantia de vida!

O mesmo diretor, que tem um pendor para a tragédia grega, defendeu que tínhamos que conquistar o PCS a qualquer custo, nem que para isto tivéssemos de "executar o diretor fulano, estrangular a diretora beltrana e defenestrar o diretor sindical ciclano" (Preservo os nomes, para não dar ideias à oposição). O divertido é que ele mesmo não se pôs entre as possíveis vítimas de tão sangrenta luta.

Houve ainda momentos de negação da assepsia e até momentos eróticos. Uma certa militante do Comando de Greve afirmou que greve é assim mesmo: "a gente fica tão absorta que não dá nem para tomar banho". Imagina o piquete cheio de militantes sem banho! Na linha erótica, outro

grande ativista sindical do TRE saiu-se com esta: "Tinha um dia que eu estava no piquete sozinho e queria ir ao banheiro, pedi então a uma colega para segurar para mim e ela não quis, aí eu não fui...". Se ela "segurasse" ele não saía do banheiro tão cedo...

Para terminar, um prêmio à insistência do sindicato com a luta, na mesma linha político-erótica. Uma coordenadora de núcleo do sindicato, explicou como conseguimos as coisas: "Vamos vencer! É assim mesmo, a gente tenta entrar, fica cutucando, cutucando, cutucando, uma hora abre e a gente entra!" Moral da história: greve também tem humor.

Fulgêncio é alcoólatra, hipocôndrico e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer

Para romper barreiras e superar mitos



Sisejufe promoveu seminário no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência com ativistas nacionais do segmento

Texto e Fotos
Henri Figueiredo*

O Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe promoveu um evento marcante na noite de 21 de setembro, na sede do sindicato. Com painelistas extremamente preparados para discutir acessibilidade e meios de romper com as barreiras impostas aos deficientes, principalmente no mercado de trabalho, a plateia de cerca de trinta pessoas teve a oportunidade de ouvir e debater, com precisão e diversidade de opiniões, questões como as cotas para deficientes nos setores público e privado. A mesa de debatedores foi mediada pelo diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, que é cego. Servidor da Justiça Federal, assim como o também diretor do Sisejufe e integrante do núcleo Du-

lavim de Oliveira Lima Junior, Ricardo trabalhava há algumas gestões para reunir, em seminário, ativistas políticos nacionais que atuam neste segmento.

“Foi marcante nos rumos do Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe. Os presentes puderam fazer questionamentos aos debatedores e tirar dúvidas acerca dos variados mitos que tomam conta dos deficientes de um modo geral”, diz Ricardo. A mesa de painelistas foi composta pela pedagoga de Mato Grosso do Sul, Telma Nantes de Matos, que perdeu totalmente a visão aos 26 anos e hoje administra o Instituto Florivaldo Vargas de Campo Grande; pelo



Ricardo de Azevedo Soares

bancário José Roberto Santana da Silva, diretor da Federação dos Trabalhadores de Empresas de Crédito de São Paulo (e que é dirigente liberado para atuar no Sindicato dos Bancários de Osasco e Região, além de membro do Coletivo Nacional de Pessoas com Deficiência da CUT); e pelo técnico em contabilidade Valcenir Souza Lima, servidor aposentado da UFRJ, que é surdo e se apresentou com dois intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libra) da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

A professora Telma Nantes de Matos move atualmente um processo, que está na fase de agra-

vos e desgavos, contra a Prefeitura de Campo Grande que, depois dela ter passado em primeiro lugar num concurso público, a considerou inepta para o cargo de professora infantil – ainda que, por lei, haja reserva de vagas para deficientes [este caso foi tema de reportagem na edição 20 de Ideias em Revista]. “A empregabilidade da pessoa com deficiência tem de passar pela vontade política. Sem isso, não há inclusão social, não há acessibilidade, não há nada”, disse Telma. Ela lembrou que há dois caminhos para o mercado de trabalho: ou a contratação ou o concurso público. “Sabemos muito que, por meio de contratos, há uma restrição imensa. Agora, por concurso há garantias e é por isso que estou lutando na Justiça”, contou. Ela elogiou ambos os diretores cegos do Sisejufe pela iniciativa e apontou que é fundamental que os sindicalistas se somem na defesa dos direitos desse segmento. “Uma luta solitária é muito difícil. Todos os movimentos sociais são muito bem-vindos em toda a nossa ação”, afirmou.

O painalista José Roberto Santana da Silva, que tem deficiência na perna direita decorrente de paralisia infantil, criticou a segregação que os deficientes

“É preciso se dar conta da importância que tem o sindicato na luta dos trabalhadores com deficiência na busca da acessibilidade tão almejada por todos nós.”

sofrem dentro das empresas quando conseguem ser contratados. “A pessoa é contratada e fica estagnada no cargo em que entrou. Hoje, nas empresas privadas com mais de 100 funcionários, a cota é de 2% para deficientes. E assim sucessivamente, até a cota de mil funcionários onde 5% devem ser deficientes. No setor público, nos editais de concurso mesmo estipulando de 5 a 20% de cota, essas cotas não são contempladas. Então, essa é uma tarefa para os sindicatos: qualificar as pessoas com deficiência para que, no mínimo, nos concursos sejam admitidos 5% de deficientes. E futuramente ampliar esse número”, defendeu José Roberto.

José Roberto falou sobre a Lei 11.133/2005, que estabeleceu o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência como marco na luta por inclusão desse segmento social. “Este data é uma lembrança ao nascimento do francês Louis Braille, que criou o sistema de leitura que leva o seu nome”, explicou. “Mudamos a denominação de ‘portadores de necessidades especiais’ para pessoas com deficiência. Eu não porto minha deficiência, não posso deixá-la em casa. E quando se fala em especial é um erro, porque somos pessoas iguais a quaisquer outras apenas temos uma deficiência, ou deficiências múltiplas”, esclareceu o representante da CUT.

Já o servidor aposentado da UFRJ, Valcenir Souza Lima, de 71 anos, deu uma aula de disposi-



Telma Nantes de Matos, Ricardo e o representante da CUT José Roberto Santana da Silva

ção para a luta. Pouco antes de sua exposição, Valcenir falou com Ideias em Revista com o auxílio do intérprete Jorge Luiz Martins da Silva Junior, da Feneis. “Nossa luta é para conseguir abrir o mercado de trabalho para esse segmento. Parece que as empresas não têm muito conhecimento da lei e é preciso fazer uma divulgação em massa dos percentuais que dependem da quantidade de funcionários das empresas. No momento parece que o movimento de luta das pessoas com deficiência está um pouco estagnado, principalmente porque as empresas grandes não empregam deficientes.



Dulavim de Oliveira Lima Junior, do Núcleo de Pessoas com Deficiência

“Nossa luta é para conseguir abrir o mercado de trabalho para esse segmento. Parece que as empresas não têm muito conhecimento da lei e é preciso fazer uma divulgação em massa.”



Valcenir Souza Lima

Mas temos exemplos, como o da Fundação Oswaldo Cruz, onde há uma gama de surdos; a Dataprev também emprega surdos; as próprias autarquias da Prefeitura, enfim... mas a maioria dos deficientes não conseguem trabalhar. Por isso é importante a divulgação para que chamemos a atenção para as habilidades dos deficientes”, defendeu Valcenir.

O diretor Ricardo de Azevedo Soares sublinhou a baixa participação nas atividades sindicais dos próprios servidores do Judiciário Federal que têm deficiência. “É preciso se dar conta da importância que tem o sindicato na luta

dos trabalhadores com deficiência na busca da acessibilidade tão almejada por todos nós. Precisamos cada vez mais lutar por condições isonômicas de trabalho. Queremos poder trabalhar em qualquer local em igualdade de condições com qualquer outro servidor”, pontuou Ricardo, numa declaração que reforça que a luta da pessoa com deficiência é diária e ultrapassa o mercado de trabalho: ela se dá também na educação, informação, cultura, desporto, reabilitação e ativismo político.

*Da Redação.

Brasil ocupa o 12º lugar no ranking dos países

A violência contra as mulheres não distingue idade, condição financeira, nível de instrução, etnia ou religião. As manifestações são resultantes de origens culturais. Cerca de 67% das chamadas do Disque Denúncia eram de mulheres entre 25 a 50 anos. Das mulheres atendidas, 72% vivem com o agressor, sendo que 57,9% são casadas ou estão em união estável. Apenas 14%, prestaram queixa contra o ex-namorado ou ex-companheiro.

*Tatiana Lima

Maria foi agredida no meio da rua. Durante uma discussão com o ex-namorado, levou um soco no rosto com a filha de 8 meses, no colo. Caiu na calçada. Teve a filha retirada dos braços à força, enquanto era xingada de vagabunda pelo ex-namorado e pai da criança. Tentou levantar para pegar a filha, mas antes de conseguir recebeu outro golpe do agressor, que atirou um vaso de planta em sua direção. A agressão só parou quando frequentadores de uma academia de ginástica foram ao seu socorro. A proprietária do estabelecimento acalmou o rapaz, que devolveu a criança e foi embora do local, mas não sem antes agredir novamente Maria. Dessa vez, ele acelerou o carro e jogou o veículo em cima dela, que caiu novamente no chão.

Naquela noite, a técnica de enfermagem Maria, de 26 anos, havia combinado com o ex-namorado que ele ficaria com a filha, pois ela precisava trabalhar. Era seu dia de plantão no hospital e sua mãe estaria ocupada. Porém, José não apareceu. Indignada e cansada da rotina de descaso do ex-namorado, Maria foi à academia para obrigá-lo a cumprir com as atribuições de pai. No entanto, José não quis conversa e achou um absurdo Maria “ir na academia fazer escândalo”. Por tal motivo, naquela noite de segunda-feira, às 20h37min, mais uma mulher foi agredida no Brasil.

Não foi a primeira vez que Maria foi agredida pelo pai de sua filha. Mas foi a primeira vez que ela concretizou uma queixa contra o ex-namorado. Talvez tenha sido as ameaças do agressor que, de acordo com o relato das testemunhas, “estava muito alterado e prometeu matar mãe e filha”. Ou,

talvez, porque a polícia foi até Maria. Foram os frequentadores da academia que chamaram a polícia.

A história de Maria e José (nomes fictícios) repete-se várias vezes na rotina na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, no Centro do Rio. Entre oito horas a meia-noite – tempo em que ideias em Revista ficou na delegacia – as narrativas eram extremamente semelhantes. Repete-se um padrão. Entre o tempo da agressão e o do efetivo registro de queixa na delegacia, a mulher já viveu situações de violência diversas, seja verbal, moral ou física.

Em geral, as mulheres sofrem ao serem agredidas e também quando decidem registrar queixa na delegacia. Muitas, como no caso de Maria, não percebem que não são culpadas por receber este tipo de agressão. Desta forma, seja por amor, medo ou baixa autoestima demoram a procurar a Delegacia da Mulher. Quando chegam à delegacia, estão fragilizadas e desesperadas. É o caso de Maria, que precisava trabalhar mas acabou a noite registrando uma ocorrência de agressão contra o ex-amante. “O problema é que eu sou a outra. Ele me trata assim, porque é casado e eu era amante”, revela Maria sem perceber que estava culpando a si própria pela agressão que acabara de sofrer.

O caso Eliza Samudio

Em julho, a verdade guardada nos arquivos dos processos das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher vieram à tona na mídia. Desaparecida há meses, a paranaense Eliza Samudio é considerada morta e o principal suspeito é o suposto pai de seu filho, o ex-jogador do Flamengo Bruno. O caso ganhou os noticiários e trouxe, enfim, os holofotes da mídia para a realidade diária da violência

doméstica contra as mulheres.

Eliza Samudio viveu uma relação passageira com o goleiro Bruno. Segundo ela, essa relação resultou numa gravidez rejeitada por ele. Conforme queixa registrada pela vítima na DEAM de Jacarepaguá, em outubro 2009, quando estava grávida de cinco meses, Eliza foi sequestrada por Bruno e seus amigos. Foi mantida em cárcere privado, sendo agredida fisicamente e verbalmente e ameaçada de morte, além de ter sido obrigada a ingerir substâncias abortivas. Os procedimentos legais foram realizados, mas o caso só andou após o seu desaparecimento. À época, a delegada requisiu o enquadramento do caso na Lei Maria da Penha. Mas o pedido não foi atendido, em decorrência da relação de Eliza com o goleiro Bruno ter sido considerada “passageira”.

Jacira Melo, fundadora do Instituto Patrícia Galvão, acredita que a violência doméstica é tão corriqueira que foi caracterizada pela mídia como uma notícia do “mundo cão”, o que significa uma matéria sem relevância em função da banalidade dos acontecimentos, já que acontecem sempre. Somente em casos como o de Eliza Samudio, quando envolvem interesses econômicos e pessoas famosas, a mídia finalmente pauta a violência doméstica. “A cobertura é descontinuada. Se deixamos de lado, por exemplo, o período de aprovação do Congresso e a sanção da Lei Maria da Penha, em 2006, e um caso como Eliza Samudio, encontramos uma presença extremamente reduzida do tema nos jornais”, informa.

Além disso, para Jacira a cobertura da violência doméstica é prejudicada por se vista ainda como um problema de esfera privada, que se refere a apenas a duas pessoas. Isso

fragiliza muito a articulação do debate público sobre o problema. É necessário encontrar maneira de vincular esta problemática ao contexto da violência social e urbana.

Para a coordenadora do Centro de Estudos de Segurança da Universidade Cândido Mendes (Cesec-Ucam), Bárbara Soares, mesmo quando casos como de Eliza Samudio ganham as páginas dos jornais, a cobertura da mídia não detona um debate na sociedade. “A toda hora lemos nos jornais estatísticas: a cada 18 minutos uma mulher é espancada... o que isso nos ensina? Este número não é apenas uma bandeira. Ele precisa ser analisado para mobilizar a opinião pública, mostrando a fundo os problemas culturais e os padrões de relacionamento entre homens e mulheres. A mídia tem que ir além do argumento da quantidade”, pondera.

Ela defende que os movimentos sociais e o movimento de mulheres precisam dar novos ângulos para a mídia e cobrar uma cobertura mais efetiva sobre a violência doméstica. Inclusive, é necessário mostrar a prevenção. Um exemplo, é o instituto NOOS, que mantém um programa de prevenção à violência familiar e de gênero, inclusive com grupos de homens autores de violência. “Muitos dos autores da violência doméstica passam por um processo de reflexão e crescimento. Há quem bata e se julgue certo, mas há casos de homens que se arrependem”, comenta Bárbara Soares,

Histórico

Foi só na década de 80 que os assassinatos de mulheres pelos seus parceiros foram reconhecidos como crime. Mais uma vez, foram as feministas que tomaram à frente, na ausência de políticas públicas para o tema. Assim em 1981, criaram o SOS Mulher, centro de apoio que contava com o trabalho de advogados, psicólogos e grupos de reflexão, com a ajuda de voluntários.

Pouco tempo depois, foi criada a delegacia da mulher. E, em 1986, a Secretaria de Segurança Pública montou o Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Vio-

que mais cometem homicídios contra mulheres

lência Doméstica (Convida) e a primeira casa de abrigo no Brasil. As casas de abrigo é o local onde são levadas mulheres que estão sendo ameaçadas de morte por seus companheiros. Com endereço sigiloso, a mulher que procura esse serviço já é vítima de violência doméstica crônica.

O caso Maria da Penha

Em 29 de maio de 1983, a biofarmacêutica Maria da Penha recebeu de seu ex-marido um disparo enquanto dormia. A tentativa de homicídio deixou sequelas permanentes: a paraplegia. Ainda durante o período de recuperação, Maria da Penha sofreu um segundo atentado: seu ex-marido, tentou eletrocutá-la enquanto ela se banhava. Ela lutou durante 20 anos para ver o agressor condenado, sendo a precursora da lei que leva o seu nome: tornou-se um símbolo contra a violência doméstica.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

Segundo o art. 1º, a lei cria mecanismo para coibir, prevenir punir e erradicar a violência contra a mulher, como o juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Também estabelece medidas de assistência e proteção as mulheres. Com a Lei Maria da Penha, a detenção, que antes era de no máximo um ano, agora pode chegar até três anos. Outro avanço foi a proibição do pagamento de cestas básicas como forma de punição.

Dados sobre atendimentos

A Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que recebe queixas de violência contra a mulher, registrou alta de 112% de janeiro a julho de 2010 em comparação com o mesmo período do ano passado. Dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República revelam que o serviço Disque Denúncia registrou 343.063 atendimentos de janeiro a julho deste ano, contra 161.774 nos mesmos meses de 2009. No Rio de Janeiro, foram 25.274 casos registrados.

A violência contra as mulheres não distingue idades, condição financeira, nível de instrução, etnia ou religião. As manifestações são resultantes de origens culturais. Cerca de 67% das chamadas do Disque Denúncia eram de mulheres entre 25 a 50 anos. Das mulheres atendidas, 72% vivem com o agressor, sendo que 57,9% são casadas ou estão em união estável. Apenas 14% prestaram queixa contra o ex-namorado ou ex-companheiro.

A busca de informações sobre a Lei Maria da Penha, corresponde a 50% do total de informações prestadas pelo serviço. A maioria dos atendimentos refere-se a crimes de lesão corporal; em seguida, vêm as ameaças. Juntos, os dois tipos de queixas somam 70% dos registros do Ligue 180.

Para a Secretaria, o total de re-

trouxe avanços. Porém, mesmo com pactos selados entre governos estaduais e a União, ainda há muito descaso e negligência por parte dos estados no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Segundo a advogada do Centro de Referência à Mulher do Conjunto de Favelas da Maré, Andréa Ferreira, a lei é um avanço, mas ainda está na fase de mudanças no Judiciário. "A lei tem que pegar no caráter. Superar problemas como a insuficiência do número de defensores públicos. E tem que se mudar a cultura, mas isso é um processo", diz Andréa.

Em pesquisa realizada pelo IBGE, no ano passado, 56% dos entrevistados disseram que na prática não confiam na proteção jurídica e policial. Outros 13% disseram que os policiais consideram

IBGE: maioria conhece a Lei Maria da Penha

A sociedade tem consciência e percepção do problema da violência contra a mulher. Do total de entrevistados, homens e mulheres, 68% declararam conhecer a Lei Maria da Penha, ainda que de ouvir falar. A Lei é mais conhecida nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde 83% dos entrevistados conhecem a Lei e seu conteúdo. No Nordeste e Sul as taxas de conhecimento são, respectivamente, de 77% e 79%.

No conjunto do país, a população com menor renda familiar (até 1 salário mínimo) ou escolaridade (até a 4ª série) está no patamar mais baixo de conhecimento, mas ainda assim a taxa é de 59%.

O maior conhecimento da Lei Maria da Penha nas regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste pode ser atribuído ao ativismo dos movimentos sociais de mulheres, que com suas vigílias, apitaços, denúncias sobre a não-aplicação da Lei, contagem de homicídios de mulheres e intervenções junto à mídia criaram um ambiente de debate e difusão de informações.

Em contraposição, no Sudeste, a mobilização da sociedade foi dispersa e não teve a mesma repercussão na mídia. É no Sudeste, e especialmente na periferia das grandes cidades, que a lei é menos conhecida; ainda assim, 55% dos entrevistados nessa região a conhecem.

O medo de morrer é visto como o principal motivo da mulher (17%) continuar com o agressor. Além disso, 55% da população relatou conhecer uma mulher vítima de violência doméstica. O alcoolismo e a cultura, principalmente o machismo foi declarado na pesquisa como um dos principais fatores que estão por trás da violência contra a mulher.

Para mais informações faça contato com o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) pelo telefone (21) 2299.2122 ou pelo portal redesaude.org.br/portal/pontofinal/.

* Da Redação

Números da violência contra a mulher no Brasil



gistros de ameaças mostra que é preciso dar maior atenção a esse tipo de queixa. Das mulheres que contataram o serviço, 57% afirmaram que são agredidas física ou psicologicamente todos os dias; em mais da metade dos casos, declararam correr risco de morte. A maioria dos agressores (73,4%) têm entre 20 a 45 anos. Cerca de 55% cursou até o nível superior.

A aplicação da Lei

Estudos do Observatório (OBSERVE) da Aplicação da Lei Maria da Penha mostraram que, em quase todas as capitais do país, a lei

outros crimes mais importantes e que 11% não acreditam na seriedade da denúncia. Para 7%, juízes e policiais são machistas.

Para o OBSERVE, a pesquisa revela que, embora acreditando que hoje a mulher está mais protegida legalmente, a maioria dos entrevistados não confia nas pessoas que estão à frente do aparato do Estado, justamente aquelas responsáveis por fazer cumprir a lei e consequentemente proteger a mulher agredida.

México: 200 anos de independência em guerra contra o narcotráfico

Fotos: Judith Torrea

Em uma cidade onde a população celebra cada dia como uma vitória apenas por sobreviver, o Bicentenário da Independência do México, em 16 de setembro, tornou-se um dia de clemência pelo fim da violência e militarização do país, com mensagens de paz e justiça. Abrir os olhos ao despertar para viver mais um dia é o principal motivo de celebração dos mexicanos. Desde que o presidente mexicano, Felipe Calderón, declarou guerra aos cartéis, em dezembro de 2006, estima-se que em todo o México, mais de 20 mil pessoas tenham sido mortas.



Tatiana Lima*

Nos últimos três anos, 230 mil pessoas deixaram Ciudad Juárez, 116 mil casas foram abandonadas e 10 mil crianças ficaram órfãs. O lugar, na fronteira com os EUA, já conta 6,5 mil mortos. Entretanto, é certo que até o final da leitura desta revista, mais *juaritos* tenham morrido vítimas de um conflito que parece não ter fim e alterou a vida de milhares de pessoas.

Os jornais, em todo o mundo, já denominam Ciudad Juárez como a cidade mais perigosa do planeta, onde o mero exercício da profissão de jornalista tornou-se um risco mortal. Em editorial publicado em 23 de setembro, o El Diario pergunta aos grupos de traficantes o que querem ver publicado em suas páginas. O editorial – motivado em decorrên-

cia da morte do fotógrafo do jornal Luiz Carlos Santiago Orozco, de 21 anos – é mais um registro, entre tantos surgidos nos últimos tempos, da situação dramática que vive o México.

“São 23h50min. Acabei de relatar dez crimes em menos de seis horas. Durante todo o dia morreram 15 pessoas. Na maioria dos casos, cheguei antes das forças da ordem. Para conseguir, escutei os diálogos truncados do rádio da polícia, que é constantemente monitorado por jornalistas”, escreveu Judith Torrea, jornalista *freelancer*, em 22 de setembro, em seu blog “Ciudad Juárez, en la sombra del narcotráfico”.

A população de Ciudad Juárez realizou, no dia da Independência, ato contra a guerra do presidente Calderón. O governo havia preparado uma comemoração pelos 200 anos. “Celebrar a nos-



sa independência, gritar que somos livres e soberanos, em um país militarizado, com mais de metade da população em situação de pobreza (58%), não é só uma brincadeira, mas uma provocação aberta para os mexicanos”, disse Julian Contreras, um dos organizadores do Grito Al-

ternativo em Ciudad Juárez. E completou: “Por justiça, para acabar com a impunidade e para continuar lutando contra o abuso da liberdade e pela independência que não temos ainda”.

*Da Redação

Ideias Entrevista – JUDITH TORREA

“ Ciudad Juárez é o único amor doloroso que tolero”

Judith Torrea, 37 anos, é uma repórter especializada na cobertura de notícias sobre tráfico de drogas, crime organizado, pena de morte, imigração e política na fronteira EUA–México. Cobre essa realidade há 12 anos, nove deles vivendo entre as duas fronteiras. Nascida na Espanha, ela já se diz mexicana de coração. A jornalista esteve no Brasil, em agosto, a convite do 5º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), realizado em São Paulo.

Tornou-se referência em todo o mundo por denunciar, pelo seu blog, as execuções em Ciudad Juárez. Chama a atenção nos textos de Judith a síntese. Ela relata crimes, registra a dor de familiares e busca as histórias escondidas atrás das mortes registradas apenas como números. As autoridades insistem que os mortos pertencem aos cartéis de narcotraficantes. A jornalista contesta: “São os *juaritos* – como são chamados os nascidos no local – que estão sendo abatidos pelo exército e por narcotraficantes há três anos. Tudo não passa de mentiras dadas para justificar a execução da população pobre do México próxima das fronteiras americanas”. Judith Torrea concedeu entrevista a Ideias em Revista no café do Cine Odeon, após a visita que fez ao Conjunto de Favelas da Maré.

Ideias – Você esteve no Brasil a convite da Abraji para contar sobre a sua experiência cobrindo a guerra do narcotráfico em Ciudad Juárez. Por que decidiu ficar mais tempo e vir ao Rio?

Judith Torrea – Queria conhecer a realidade daqui porque as autoridades de Ciudad Juárez sempre dizem que a situação do narcotráfico no Rio de Janeiro é pior. Vejo que é mentira. As pessoas aqui vivem normalmente, estão nas ruas caminhando, os cinemas, bares, teatros, enfim, estão todos abertos. A cidade tem vida. Em Ciudad Juárez isso não existe. Só existe a morte.

Ideias – Como assim, as pessoas não trabalham, estudam, saem às ruas, frequentam o comércio?

Judith – Ciudad Juárez é uma cidade vazia, sem vida. Não existe uma situação normal de vida. Em Juárez não poderíamos estar aqui tomando um café. Estou aqui olhando tudo e vendo como o direito à vida de Ciudad Juárez foi retirado de todos que lá vivem. Lá estaríamos olhando para todos os lados, porque é muito perigoso. Aqui eu não sinto isso. Sei que o Rio tem problemas de violência, mas não se compara. É como escrevi no meu blog, em Ciudad Juárez o perigo é estar vivo.

Ideias – Todos são mortos por cartéis e pelas tropas militares?

Judith – A maioria, mas também tem os suicídios. O clima de suicídio em Juárez é horrível. As pessoas se matam a toda hora porque estão descrentes de um futuro. O índice é hoje 114 vezes maior do que a média nacional do México. Os ricos podem ir para os Estados Unidos ou outra cidade. Os pobres não têm como escapar. Como o nível de violência está muito alto, as pessoas acham que vão morrer. Então, elas desesperadas se matam. Não há emprego, não há nada, a guerra define a vida das pessoas.

Ideias – A população não reagiu?

Judith – A princípio não. Os ricos gostaram do exército ter tomado as ruas, apoiavam a guerra. Mas depois passaram a contestar também. Perceberam a quantidade de mortos. E também a guerra afetou os negócios. Em 2007, antes da guerra, eram 317 assassinatos em um ano. Em 2008, disparou para 1,7 mil. Este ano já são mais de 1,8 mil.

Ideias – Existe a criminalização da pobreza?

Judith – Claro. Quem mais morre são os pobres. A crimi-

Tatiana Lima, Gizele Martins (editora do Jornal Cidadão), a estudante norte-americana Stephanie Savell e, à direita, a jornalista Judith Torrea durante visita ao Conjunto de Favelas da Maré



Foto: Carlos Latuff

nalização dos pobres é a solução fácil dos problemas, é mais fácil matar do que resolver. A pergunta é: a quem essas mortes interessam? Quem ganha com elas ou quem deixa de perder? As pessoas morrem a todo momento e a polícia sequer investiga e já os intitula como narcotraficantes. Além disso, os meios de comunicação só relatam as mortes, mas não se interessam pela história das vítimas. Quando se questionou as autoridades, disseram que isso não tinha importância, que era secundário.

Ideias – Algum cartel se beneficia com essa guerra?

Judith – Sim. O cartel de Sinaloa. Veja, não digo que ele ganha a guerra contra as autoridades. Digo que ele está ganhando com a guerra, através dela. É ajudado inclusive pelo governo. Por exemplo, um poderoso líder do cartel fugiu de uma prisão de segurança máxima em um carro de lavanderia. Então está muito claro que estão auxiliando um dos cartéis e, por isso, em Ciudad Juárez existe tantos mortos – era dominada pelo cartel oposito. O governo usa a desculpa que quer pacificar, por isso está em guerra contra o narcotráfico, mas é mentira. Sempre fico pensando quantos *juaritos* vão morrer para que alguém nos Estados Unidos possa consumir uma carreira de cocaína.

Ideias – Há algum interesse dos Estados Unidos na guerra?

Judith – Os Estados Unidos apoiam completamente e financiam a guerra do presidente Felipe Calderón. Tem um detalhe muito importante nisso. Essa

guerra apoiada pelo governo americano, tanto no México como na Colômbia, não produz mortos em solo americano.

Ideias – Quem são os mortos nessa guerra?

Judith – A maioria são jovens e crianças que praticavam esportes, estudavam. Alguns morreram com os uniformes da escola ou do time de basquete. Claro, existe também jovens que eram narcotraficantes, mas eles deveriam ser presos e não mortos. A coisa mais impressionante e difícil de cobrir foi o enterro de 13 amigos – todos morreram durante uma festa de formatura. Estavam na mesma casa. Crianças enterrando crianças é o que se vê na foto. Esta é a verdade da guerra do presidente Calderón. Foi a partir deste crime que começaram a chover críticas contra guerra. Eu sempre a questioneiei.

Ideias – Judith, Por que você resolveu escrever o blog? Você é uma jornalista *freelancer*, não tem nenhuma instituição que lhe dê suporte. Por que se arriscar tanto?

Judith – Sou espanhola, mexicana de coração e Ciudad Juárez é o único amor doloroso que tolero. Escrever no meu blog é como vomitar a verdade que precisa ser dita. É uma necessidade. Nunca pensei na importância que o blog teria, mas sim na necessidade dessas histórias serem contadas. Minha intenção era vomitar as coisas que via e as injustiças. Meu dever como jornalista é contar as histórias que não são contadas.

O julgamento de Lampião

Gerivaldo Alves Neiva*

Virgulino Ferreira da Silva, pelo povo também conhecido como “Lampião”, foi preso em flagrante pela “volante” do Tenente Bezerra e apresentado a este Juízo na forma da ilustração de autoria do cartunista Carlos Latuff.

Esta é uma decisão, portanto, que navega entre o virtual e o real, o passado e o presente, entre o possível e o impossível, permeada de utopia, sonho e esperança... O que se verá, por fim, é a evidência da contradição, não insolúvel, entre o Direito e a Justiça. Quem viver, verá.

Inicialmente, registro que não costumo me dirigir aos acusados por “alculhas”, “vulgos” ou apelidos. Aqui, todos têm nome, pois ter um nome significa, no mínimo, o começo para ser cidadão e detentor de garantias fundamentais previstas na Constituição brasileira. Neste caso, no entanto, abro uma exceção para me dirigir ao acusado Virgulino Ferreira da Silva apenas como “Lampião”, pois creio que assim o fazendo não lhe falto com o devido respeito. Ao contrário, faço valer, ao tratá-lo como “Lampião”, a mesma reverência que lhe dedica o povo pobre e excluído do sertão brasileiro.

Em seguida, devo observar que a responsabilidade de julgar “Lampião” é tamanha e me assombra. De outro lado, não aceito como “divino” o papel de julgar. Deixemos Deus com seus problemas. Julgar homens é tarefa de homens. Da mesma forma, tenho comigo que realizar a Justiça é tarefa do homem na história. Assim sendo, passo a julgar “Lampião” como tarefa essencialmente humana e com o sentido de que, ao julgar, o juiz também pode contribuir com a realização da Justiça ou, na pior das hipóteses, ao menos não impedir que o povo realize sua história com Justiça.

Pois bem, consta dos autos que “Lampião” teria sido preso em flagrante sob acusação de

“Aquele antigo modo de pensar, na verdade, foi o fruto do ensino jurídico que incute verdades e dogmas na mente de acadêmicos de Direito, que se tornam advogados, que se tornam juízes, que se tornam desembargadores, que se tornam ministros de tribunais e se imaginam sábios porque aprenderam a reduzir o Direito à lei e a Justiça à vontade da classe que representam...”

formação de quadrilha para a prática de inúmeros crimes contra a vida, contra o patrimônio e contra os costumes. Consta ainda dos autos os depoimentos dos condutores – membros da “volante” do Tenente Bezerra – a representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do acusado, sob argumento da “garantia da ordem pública”.

Ao estrito exame das provas apresentadas, por conseguinte, e do que dispõe a lei, parece pacífica a necessidade da segregação preventiva do acusado para garantia da ordem pública, visto que restou provado, em face dos depoimentos colhidos, que o acusado, de fato, representa grave perigo à harmonia e paz social. Isto é o que se depreende do que se apurou até então e do que consta dos autos. Imperativo, por fim, que se decrete a prisão preventiva do acusado, segregando-o do meio social.

Antes de concluir a decisão com a terminologia própria, o tal “expeça-se o mandado de prisão, publique-se, intime-se, cumpra-se...”, recosto a cabeça na cadeira, ajeito o corpo, fecho os olhos e ponho-me a pensar quantas vezes já decidi dessa maneira, quantas vezes já decretei prisões preventivas

por motivo de garantia da ordem pública...

De súbito, enquanto pensava, eis que “Lampião”, o próprio, saltitando feito uma guariba, pula da gravura do Carlos Latuff e invade minha mente. É virtual, mas é como se fosse também real e humano na minha frente. “Parabellum” em uma mão e o punhal de prata, cabo cravejado de brilhantes, em outra. Não tenho medo e nem me assusto. Ele também não diz nada e agora apenas me olha e circula em torno de mim. Somos pessoas e ao mesmo tempo ideias e pensamentos. O texto final da minha decisão judicial, por exemplo, fazendo referência à garantia da “ordem pública”, é como se fosse também algo concreto nesta cena, como um pássaro rondando minha cabeça. De repente, com um tiro certo de “Parabellum”, “Lampião” esfaca esta forma de pensar, que me ronda feito um pássaro, como se matando este meu “senso comum teórico dos juristas”, conforme denuncia Warat. Em seguida, ainda atônito e sem mais pensamentos para me agarrar, sinto uma profunda punhalada no coração, mas não sinto dor alguma. Não sangro sangue, mas vejo jorrando do meu peito todos os meus medos de pensar criticamente o mundo em que

vivo, as relações sociais e, sobretudo, o Direito.

O que faço? Não tenho mais o “senso comum teórico dos juristas” e também não tenho mais freios no meu modo de pensar criticamente o mundo e o Direito. “Lampião” acabou com eles com um tiro de “parabellum” e uma punhalada com punhal de prata. Agora, sem minhas “defesas”, que imaginava poderosas, sou como um morto... Estou morto.

Na verdade, estou morto e renascido livre ao mesmo tempo. Vejo, de um lado, meu corpo morto e meu pensar antigo e, de outro lado, sinto-me renascido em outro corpo e outro pensar. Morri para nascer de novo. Agora, nascido de novo, posso pensar diferente; posso pensar um novo Direito e, por fim, posso pensar que a Justiça é possível e que pode ser construída pelo homem novo. Está certo Gilberto Gil. É preciso “morir para germinar”. “Lampião” me matou para que eu pudesse viver e ver. Viva “Lampião”!

E vivendo depois da morte, vejo, agora, com “Lampião” ao meu lado, que aquele antigo modo de pensar, na verdade, foi o fruto do ensino jurídico que incute verdades e dogmas na mente de acadêmicos de Direito, que se tornam advogados, que se tornam juízes, que se tornam desembargadores, que se tornam ministros de tribunais e se imaginam sábios porque aprenderam a reduzir o Direito à lei e a Justiça à vontade da classe que representam. Este é o Direito limitado aos “autos” do processo e à tarefa de manter excluídos da dignidade os pobres e miseráveis; o Direito da manutenção da falsa “ordem” burguesa; o Direito alheio à vida, à pobreza, à miséria e à fome.

Posso ver agora, com “Lampião” ao meu lado, que aquele modo antigo de pensar aprisiona e mutila os fatos nos “autos” do processo. Assim, “autos” não têm vida, não estão no mundo, não têm contradições sociais e transfor-

“É, pois, no processo que está a desigualdade social, a concentração de renda, séculos de latifúndio, a acumulação da riqueza nacional nas mãos de uns poucos, preconceitos, discriminações e exclusão social. Tudo isso é e está no processo. Isto é o processo.”

E SE...

EM JULHO DE 1938, VIRGULINO FERREIRA DA SILVA, O LAMPIÃO, NÃO TIVESSE SIDO MORTO, MAS PRESO, E SEU JULGAMENTO PRESIDIDO PELO JUIZ GERIVALDO NEIVA?!



mam homens em “delinquentes”, “meliantes” e “bandidos”. Reduz, pois, todas as contradições do mundo e da vida em uma tolice: “o que não está no processo não está no mundo.”

Agora posso ver, com “Lampião” ao meu lado, depois de ter morrido para viver, ver e violar dogmas, que “o mundo está no processo”. É, pois, no processo que está a desigualdade social, a concentração de renda, séculos de latifúndio, a acumulação da riqueza nacional nas mãos de uns poucos, preconceitos, discriminações e exclusão social. Tudo isso é e está no processo. Isto é o processo.

Vejo, por fim, compartilhando esta última visão com “Lampião”, que os autos que me apresentaram não têm mundo e nem vida. Não têm sua vida, “Lampião”. Não têm sua história. Não tem seu passado. Não têm sua família. Não têm seus pais e irmãos sendo expulsos da terra que cultivavam. Não têm sua dor e sua revolta. Não têm sua sede e fome de justiça. Não tem sua desesperança na justiça. Não têm sua vida, repito. Não têm nada e de nada servem esses autos. Não servem para um julgamento. Servem para justificar uma farsa, acalantar os hipócritas e fazer da mentira a verdade.

Esses “autos” que me apresentaram, “Lampião”, não têm índios escravizados e mortos pelo colonizador; negros desterrados e es-

cravizados nesta terra; posseiros expulsos de suas terras e mortos pelo latifúndio; operários explorados, desempregados e desesperados; crianças dormindo ao relento; os sem-teto, os sem-terra, os excluídos da dignidade. Esses autos não estão no mundo, é um faz-de-conta, uma ilusão...

O que faço agora? Estou morto de um lado, mas vivo de outro. Não sei mais o que é virtual e o que é real. Sei que deliro, mas não posso deixar morrer este novo eu. Preciso fazer com que permaneça vivo em mim o que renasceu e deixar morto o que morreu. Não quero ser mais o que era antes de morrer. Quero ser apenas o que renascei.

Luto comigo mesmo e permaneço vivo. Estou vivo, escuto e vejo, agora, mais uma vez, tiros de “parabellum” e golpes de punhal, como se saídos do nada e bailando no ar, furando e cortando em pedaços os “autos” do processo. Agora, não existem mais os “autos” do processo. Papéis picados tremulam no ar. Voam descompassados como borboletas... Preciso manter a lucidez, mas agora é tarde. A loucura tomou conta de mim e me levou com as borboletas para as “lagoas encantadas” do sertão brasileiro. Agora sou pura utopia, sonho e liberdade. Converso com “mães-d’água” à beira da “lagoa” e todas as coisas agora

fazem parte de tudo. Nada mais é sem as outras coisas. Somos todos partes de um todo...

Neste devaneio em que me encontro, não sei mais o que é o real, o que é verdade, o que é passado ou presente ou se estou morto ou vivo; não sei mais – ou sei? – o que é e para que serve o Direito. Delirando assim, não posso mais julgar. Estou impedido de julgar. Não posso mais julgar “Lampião”. Eu não sou mais real, sou sonho apenas. “Lampião”, também, não é mais real. É uma lenda, um mito. “Lampião” agora povoa o imaginário dos pobres do sertão. “Lampião” não pode ser mais julgado por um juiz apenas. Só a história e o povo podem julgá-lo agora.

Esperem! “Lampião” me foi apresentado preso e eu preciso decidir sobre o flagrante. Preciso voltar... As borboletas me trazem de volta da “lagoa encantada” em que me encantei. Sou novamente real neste mundo virtual. Aqui estou e preciso falar. Assim, enquanto a história não vem, mas inevitavelmente virá um dia, não posso deixar “Lampião” encarcerado. A cadeia não serve aos valentes e aos destemidos; a cadeia não serve aos que, como Marighella, nunca tiveram tempo para ter medo; a cadeia não serve aos que não têm Senhor e aos que amam a liberdade. Homens verdadeiros não morrem presos.

Portanto, “Lampião”, a liberdade é tua sina. Vá. Talvez Maria te espere ainda. Talvez teu bando te espere ainda. Talvez Corisco não precise te vingar. Talvez teu corpo não trema por mais de dois minutos depois que degolarem tua cabeça. Vá. É melhor, na verdade, que morra em combate com a “volante” do Tenente Bezerra do que apodrecer e morrer vivo na prisão. Os valentes morrem lutando e escrevem a história. Vá. É a história, somente ela, que tem a autoridade para lhe julgar.

Por fim, agora concluo minha decisão inacabada: “expeça-se o Alvará de Soltura e entregue-se o acusado, Virgulino Ferreira da Silva, “Lampião”, ao seu próprio destino.” Dato e assino: Gerivaldo Alves Neiva, Juiz de Direito.

Depois disso, as borboletas me levaram de volta ao mundo da paz, da harmonia e da solidariedade, onde somos todos iguais e irmãos; de volta às “lagoas encantadas” do sertão brasileiro e aos braços das “mães d’água”.

Com viram, ouviram e imaginaram, este julgamento é um devaneio. Mistura de imaginação, passado e presente, sonho, utopia e, sobretudo, esperança inquebrantável na Justiça. ■

Uma noite fria e chuvosa, agosto, 2010.

*Juiz de Direito na Bahia.

GRÉCIA

Texto e Fotos
Carlos Latuff

Para o turista menos atento, a Grécia continua a mesma, com suas ruínas históricas e ilhas paradisíacas. Porém, um olhar mais apurado revela os sinais de uma crise econômica que dá contornos de Terceiro Mundo a sua capital, Atenas. Nos meus 15 dias naquele país, pude ver um número cada vez maior de pedintes, camelôs, prostitutas e máfias (a maioria imigrantes) que disputam cada esquina. Demissões, cortes de verbas públicas, privatizações, o receituário do FMI, bem conhecido de nós brasileiros, que na América Latina foi aplicado como terapia de choque e na Europa vem sendo administrado em doses homeopáticas. A resposta a isto são manifestações quase que diárias de vários setores da sociedade grega, que lotam as ruas da capital. O povo da Grécia, de longa tradição de luta, que já enfrentou diversas ocupações estrangeiras, guerra civil e ditadura militar, tem o desafio de derrotar mais esta invasão. Tal qual fizeram os alemães, que na Segunda Guerra Mundial ergueram a suástica sobre a Acrópolis, estes invasores modernos, vestindo Armani ao invés de fardas, conduzidos por limusines ao invés de tanques, querem fincar na Grécia a bandeira do neoliberalismo.



EM CRIS\$E



ECA: 20 anos de conquistas e contrastes

Passados 20 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a lei representa um grande avanço na defesa do direito da infância e da juventude. No entanto, especialistas alertam para o grande desafio que ainda existe: implementar efetivamente as diretrizes do ECA na sociedade brasileira e combater o preconceito dentro do Judiciário.



Mães durante missa na Candelária



Passeata na Av. Rio Branco reuniu centenas de crianças e adolescentes para lembrar os 20 anos do ECA

Texto e Fotos
Tatiana Lima*

Sancionada em 13 de julho de 1990, a lei 8.069 representa um marco social e jurídico acerca dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. O ECA rompeu com práticas de negligência com relação aos direitos infanto-juvenis marcados por repressões, “limpezas sociais”, assistencialismo e criminalização da pobreza.

Antes do ECA, a legislação sobre o tema era o Código de Menores – vigorava uma doutrina pela qual, por exemplo, um menino de rua, um criança explorada sexualmente e crianças e adolescentes trabalhadores, vítima de tortura, adolescentes infratores, entre outros, eram considerados em “situação irregular”. Portanto, deveriam ser tratados como objeto de intervenção do estado.

Desta forma, não eram reconhecidos como sujeitos de direitos. Com o estatuto, isso mudou. Agora, crianças e adolescentes são tratados como cidadãos, tendo direitos a serem respeita-

dos. Assim o ECA e a constituição estabelecem quem tem de zelar por esses direitos. Além do Estado, a sociedade e a família também são responsáveis pelo cumprimento da legislação e o reconhecimento desta cidadania e destes direitos. Entretanto, a falta de prioridade dada ao sistema de justiça da infância e juventude mostra que há muitos desafios a serem superados. Entre eles, a percepção e o aumento de investimentos na área, com políticas públicas para a implementação da lei.

A necessidade da defesa do ECA e da incorporação no dia a dia da sociedade e das instituições fica evidente nos casos de violência publicados por jornais, além das denúncias realizadas por parentes – principalmente as mães – que tiveram na família vítimas da violência policial, em especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Quase todos os dias chegam novos casos à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Segundo pesquisa da Associa-

ção Brasileira de Magistrados Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (AMBPP) realizada em 2008, apenas 992 comarcas possuem Vara de Infância. Em todo o país são 2.463 comarcas. A pesquisa também aponta uma grande disparidade entre regiões do Brasil. Enquanto no Norte existe um juiz especializado para 279 mil habitantes, no Sudeste é um juiz para 503 mil. O que mostra uma sobrecarga de processos.

O ECA prevê que os tribunais devem estabelecer e ter um critério populacional para a criação de Varas de Infância e da Juventude. Mas não há repartições, magistrados e servidores suficientes para se dedicar à criança e ao adolescente. Essa é a opinião do advogado Ariel de Castro, membro do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, também vice-presidente da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados (OAB).

A formação dos magistrados, promotores e defensores públi-

cos também é motivo de preocupação. Até 2008, a matéria de Direitos da Criança e do Adolescente não estava incluída na grade curricular. Somente em tornou-se obrigatória por exigência do MEC. Apenas em 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu a inclusão do tema dos editais dos concursos públicos para juiz.

Outra crítica dos especialistas é a estrutura dos conselhos tutelares – órgãos municipais destinados a zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Criados por lei a partir da promulgação do ECA, atualmente, existem mais de 5,7 mil conselhos tutelares instalados em todo o país. Segundo a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, o número representa um aumento de 23% em relação ao ano de 2006. Entretanto, a maioria deles carece de estrutura para desenvolver bem o trabalho, seja em número de juízes, servidores ou outros recursos.

Mesmo assim, para os especialistas o ECA proporcionou importantes avanços. É o caso da queda da mortalidade infantil – uma redução de 60%. Nos casos de exploração do trabalho infantil, também houve melhora em relação aos índices anteriores ao estatuto.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 4,2 milhões de crianças e adolescentes ainda são explorados no Brasil. O índice é alto, mas a redução foi de 50% nos últimos 19 anos. Já a educação é motivo de preocupação porque, apesar de 98% das crianças estarem matriculadas no ensino fundamental e 82% dos adolescentes no ensino médio, a qualidade do ensino é precária nas escolas públicas.

Extermínio é o que mais preocupa

Mas é o assassinato de 16 crianças e adolescentes por dia no Brasil, segundo dados da Unicef, o que mais preocupa entidades, instituições, políticos e militantes da defesa do direito à vida e de crianças e adolescentes. Para eles, existe uma política de exter-



Crítica à política de criminalização da pobreza e do extermínio de jovens na Cinelândia

termínio praticada em diversos estados da Federação, especialmente no Rio de Janeiro.

Para o ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, o deputado estadual Alessandro Molon (PT-RJ), os familiares vitimados pela violação de Direitos Humanos e do ECA não devem se calar. É necessário exigir uma política de segurança que leve segurança de fato a toda cidade, inclusive para as comunidades mais carentes. “O Estado não pode colocar em risco a vida dos jovens pobres e excluídos da nossa cidade”, diz Molon.

Para Renata Jacinto, mãe de um adolescente executado pela PM, no Morro do Gamba, em Lins de Vasconcelos, o Estado brasileiro viola o estatuto a todo momento. “Ao invés de proteger, o Estado mata. Meu filho foi acusado de ser traficante. Voltava do trabalho e foi executado. Foram cinco anos de luta para limpar o nome do meu filho e quebrar o álibi do auto de resistência. Sou uma pessoa indignada”, conta. Nos autos de resistência, o policial diz que cometeu homicídio em legítima defesa, em decorrência da resistência à prisão – em geral se alega que a vítima estava armada no momento da abordagem.

Já Mônica Cunha é outra mãe que critica a “política de pena de morte institucionalizada” no Rio de Janeiro. Mãe de jovem morto por policiais, ela acusa a PM de priorizar a morte como solução das operações. “Meu filho era um jovem que tinha sim um ato infracional nas costas, mas isso não é motivo para ele ser executado. Em minha opinião, existe pena de morte no Brasil e é feita da pior forma possível por quem deveria executar e garantir as leis”, diz Mônica. Ela completa: “Tenho muito orgulho de ter sido mãe do Rafael. Não o criei para ser ban-

dido. Criei para ser um cidadão pertencente a uma sociedade. Mas a pressa de ter coisas, de querer pertencer a um grupo, nesta sociedade consumista, fez do meu filho um adolescente autor de ato infracional”. Mônica Cunha participa do movimento de mães e familiares de adolescentes em conflito com a lei, o “Moleque”. O filho de Mônica, Rafael da Silva Cunha, respondeu por ato infracional, aos 17 anos de idade, por roubo. Cumpriu medida socioeducativa no Degase e, aos 20 anos, foi morto por policiais numa operação contra o tráfico.

De acordo com o padre Geraldo Lima, da Comissão Pastoral da Terra, da Arquidiocese de Nova Iguaçu, a população e os movimentos sociais precisam tomar coragem e exigir dos governantes, políticas públicas de segurança que preservem a vida. Para ele, tomar uma posição não é uma opção: “Diante da morte assassina tem que se tomar partido. O fato de simplesmente cruzar os braços e não falar nada faz com que nos comprometamos com quem mata”.



Mônica Cunha

*Da Redação.

Nossa democracia para

Ao digitar os números dos candidatos nas urnas eletrônicas, mais de 135 milhões eleitores vão dar sequência a um processo de consolidação da brasileira, em 3 de outubro. Todo esse contingente está apto a participar do pleito que definirá quem comandará o futuro político da Nação pelos próximos quatro anos. Além da sucessora ou do sucessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, serão eleitos governadores, senadores e deputados federais e estaduais por todo o País. As eleições de 3 de outubro serão a sexta a ocorrer após os 21 anos de ditadura militar, período em que o povo não podia nem pensar em escolher o presidente da República.

Apesar do impasse em relação à Ficha Limpa – o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não definiu se a lei vale para as eleições deste ano – os eleitores têm o dever de analisar o retrospecto de cada candidato. Neste momento é essencial conhecer a história dele, ou dela, para saber se o escolhido está preparado para representar milhares de brasileiros. Hoje, qualquer cida-

dão que goze de direitos políticos pode pedir a inelegibilidade de candidatos registrados que estiverem com a ficha suja.

O voto é obrigatório para todos os brasileiros e brasileiras alfabetizados que tenham entre 18 e 70 anos de idade. Já para os analfabetos, maiores de 70 anos ou jovens de 16 e 17 anos, o voto é facultativo. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a maioria

dos eleitores deste ano é do sexo feminino (51,8% do total) e tem entre 25 e 34 anos. Os menores de 18 anos também estão entre os que podem decidir os futuros representantes do país: do total, 2.391.352 eleitores aptos a votar são jovens de 16 e 17 anos.

Quem está fora do País também pode influir nos rumos da Nação. O número de eleitores brasileiros no exterior cresceu consideravelmente nos últimos anos. A Justiça Eleitoral registrou, somente no ano de 2007, um aumento superior a 21% no número de eleitores brasileiros que vivem além de nossas fronteiras. Dentre os dados analisados no período de janeiro a dezembro de 2007, constatou-se que esse grupo subiu de 86.202 para quase 105 mil eleitores alistados junto às representações diplomáticas espalhadas pelo mundo. Foram, em média, quase 1.500 novos pedidos de cadastramento por mês.

Crescimento a cada eleição

A primeira eleição presidencial pelo voto direto, após o golpe militar, se deu em 1989, quando foi eleito Fernando Collor de Mello e o seu vice Itamar Franco. À época, estavam aptos a votar cerca de 76 milhões de eleitores. A corrida presidencial começou com 22 candidatos e foi decidida em segundo turno entre os dois primeiros colocados Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva. Eleitores consolidam a democracia, ao menos a democracia eleitoral, a cada dois anos no Brasil.

Em 1994, cerca de 95 milhões de eleitores aptos a votar esco-

lheram entre os oito candidatos que disputaram a Presidência da República. Venceu o pleito, em primeiro turno, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Numa manobra polêmica e até hoje discutida nos meios político-partidários, ele aprovou no Congresso Nacional uma emenda Constitucional para permitir a reeleição dos ocupantes de cargos do Poder Executivo nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Em 1998, Fernando Henrique disputou com outros 11 candidatos à Presidência e foi reeleito, quando o Brasil tinha cerca de 106 milhões de eleitores aptos a votarem. Na eleição seguinte, em 2002, quando o Brasil contava com 115 milhões de eleitores em condições de votar, disputaram a Presidência da República seis candidatos. O eleito foi Luiz Inácio Lula da Silva, que já havia disputado as eleições de 1989, 1994 e 1998.

Em 2006, já com a reeleição instituída, Lula venceu a disputa ao enfrentar sete outros candidatos. O eleitorado apto a votar na época foi de quase 126 milhões de brasileiros. Nas eleições deste ano, desde a redemocratização, será a primeira vez que o eleitor não terá Lula como candidato à Presidência da República. Esse crescimento do eleitorado deve-se também às campanhas de incentivo ao voto desenvolvidas pela Justiça Eleitoral brasileira, que tem atuado de modo a proporcionar o exercício da cidadania a todos os brasileiros, onde quer que eles estejam.

*Da Redação, com agências de notícias.

além do discurso eleitoral



Mídia comercial repete padrão de manipulação de pesquisas e manchetes

Com a consolidação da ampla vantagem do PT nas pesquisas nacionais, a Velha Mídia parte para a escandalização de denúncias fajutas como último recurso. Em São Paulo, essa estratégia pode estar associada à manipulação de pesquisas para manter o PSDB local no poder



Vinícius Souza*

– A ex-ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, pediu comissão após as denúncias de que seu filho teria beneficiado empresas junto ao governo pedindo comissão. Você acredita que o filho de Erenice Guerra beneficiava as empresas junto ao governo pedindo comissão?

– Na sua opinião, Erenice Guerra sabia ou não que seu filho beneficiava empresas junto ao governo pedindo comissão?

– E o presidente Lula sabia ou não que o filho Erenice Guerra beneficiava empresas junto ao governo pedindo comissão?

– E a candidata Dilma Rousseff, sabia ou não que o filho de Erenice Guerra beneficiava empresas junto ao governo pedindo comissão?

As quatro perguntas acima fazem parte das 30 questões da nova pesquisa Datafolha que foi para as ruas em setembro. Segundo a revista Veja, o levantamento nacional, que tem por objetivo medir “os reflexos eleitorais do caso Erenice Guerra”, foi encomendado pela Folha de S.Paulo e

Rede Globo. Para a chamada Grande (ou Velha) Mídia, em processo de simbiose com a oposição de direita, já não basta aferir o quanto a repercussão nos meios de comunicação hegemônicos de denúncias sem comprovação afeta as intenções de voto. É preciso saber exatamente qual potência deve-se dar à “bala de prata” com a qual pretende levar a eleição para o segundo turno. O tiro pode sair pela culatra, acabando de vez com o restolho de credibilidade de veículos como a Folha (que publicou na primeira página a ficha falsa da “terrorista” Dilma) e de institutos como o Ibope, cujo presidente Carlos Augusto Montenegro havia vaticinado há um ano que Lula não faria seu sucessor. Mas, aparentemente, a essa altura do campeonato a candidatura Serra enveredou pelo tudo ou nada.

Por vários meses o Ibope e o Datafolha, tentaram esconder a vantagem da ex-ministra da Casa Civil, sobre os demais concorrentes ao Palácio do Planalto nas “margens de erro”, “ponderações”, “metodologias” e outras “ferramentas” estatísticas. Isso

ocorria mesmo quando Vox Populi e Sensus já mostravam a possibilidade de vitória no primeiro turno da eleição presidencial pela candidata do PT. Mas com as campanhas na reta final e a dificuldade de uma grande manipulação das pesquisas em nível nacional, a estratégia se volta para a escandalização de qualquer denúncia, por mais inverossímil que seja. A oposição paulista, que ainda possui grande parte do poder central no PSDB, imagina que assim possa ao menos assegurar o controle sobre São Paulo. Ou, no limite, encaminhar um golpe jurídico/midiático ao estilo hondurenho.

Padrões de manipulação

Historicamente, as pesquisas de opinião têm sido usadas na América Latina para induzir os eleitores a votar em determinada candidatura, para definir os rumos de pleitos apertados ou manter o ânimo de correligionários e contribuintes dos partidos. Algumas vezes isso dá certo, outras não. Na Venezuela, os “erros” estatísticos, quase sempre em favor da

oposição ao presidente Hugo Chávez, são justificados popularmente pela expressão “las encuestas no suben las encuestas”, algo como: as pesquisas não sobem os morros. Já na Colômbia, o recém-empossado governo de Juan Manuel Santos nem se preocupou em dar explicações sobre as imensas “falhas” nas pesquisas que, antes do primeiro turno, indicavam um empate técnico entre o candidato governista e o ex-prefeito de Bogotá Antanas Mockus, do Partido Verde, com êxito desse no segundo turno. Para a senadora Piedad Córdoba, a vitória fácil de Santos (com 68,9% dos votos válidos em uma abstenção de 56% do eleitorado) demonstra que “o Palácio de Nariño (sede do governo colombiano) é o responsável direto pelo crescimento fictício e midiático das pesquisas em favor de Mockus para simular uma democracia no país”.

No Brasil, há pelo menos três casos clássicos de manipulação. Nas primeiras eleições diretas para o governo do Rio de Janeiro na redemocratização, em 1982, a cinco dias do pleito o Ibope apontava: Sandra Cavalcanti (PFL)



À esquerda, alguns poucos exemplos de ataques a Lula ao longo de 30 anos. À direita, sugestão de internautas para a última capa antes das eleições de 3 de outubro: “Dilma matava”... aulas.

com 28% das intenções de voto, Miro Teixeira (PMDB) 22%, Moreira Franco (PDS) 12% e Leonel Brizola (PDT) 11%. Como se sabe, Brizola ganhou apesar das pesquisas e da tentativa de fraude eleitoral pela empresa Proconsult, com apoio da Rede Globo. Nas últimas eleições para o governo da Bahia, em 2006, as pesquisas do Ibope mostravam em 25 de setembro que o candidato do PFL, o então governador Paulo Souto, venceria no primeiro turno, com 48% dos votos, o candidato do PT, Jaques Wagner, com 31%. Nenhuma manobra estatística justificaria uma “margem de erro” tão grande que em pouco mais de uma semana daria a vitória ao PT com 52,8% dos votos válidos.

Em 1998, ano da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, por outro lado, o quadro do Datafolha para o governo de São Paulo dois dias antes da votação era: Paulo Maluf (PPB) 31%, Francisco Rossi (PDT) 18%, Mário Covas (PSDB) 17%, Marta Suplicy (PT) 15% e Orestes Quéricia (PMDB) 6%. Maluf estaria no segundo turno mas quem disputasse com ele deveria ganhar por causa do alto índice de rejeição ao “rouba mas faz”. Desse modo, o medo da classe média, para quem Rossi representava a direita evangélica, e o espírito antimulufista de boa parte da população levaram o PSDB a colocar todas as fichas no “voto útil”. Na contagem, Covas foi para o segundo turno superando Marta por míseros 74 mil votos. Ao invés dos 15% apregoados pelo Datafolha, a petista teve como resultado final 22,5% dos votos, bem mais que os 17,11% de Rossi. Desse modo, Covas teve seu caminho pavimentado pelo Da-

tafalha e os tucanos se encastelaram por mais 10 anos no Palácio dos Bandeirantes.

A batalha por São Paulo

Para se compreender a importância de São Paulo para as oposições é preciso olhar para cenário nacional. Depois do escândalo Arruda, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, se tornou o único governante de destaque no DEM, mas já se fala em sua saída iminente do partido. Outros próceres do ex-PFL, como Cesar Maia, Marco Maciel e Heráclito Fortes, terão grande dificuldade em se eleger para o Senado. Estados como Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, devem definir seus governadores no primeiro turno entre aliados do governo Lula. O Paraná e Minas Gerais estão mais divididos mas se Aécio Neves emplacar seu sucessor, Antonio Anastasia, essa será uma vitória de Aécio Neves (sempre blindado pela mídia local e nacional) e não do PSDB. A revista Carta Capital de 17 de setembro chega a afirmar em matéria de capa que o ex-governador de Minas pretende deixar o partido para formar uma nova sigla oposicionista.

Portanto, resta ao grupo de FHC e Serra manter o controle sobre São Paulo. É fato que os paulistas são em geral um povo conservador e direitista, para não dizer, em muitos casos, preconceituoso e até racista. Ainda assim, é difícil acreditar que apenas o conservadorismo e a mentalidade caipira do paulista sejam suficientes para justificar a manutenção de Geraldo Alckmin, do PSDB, com grande dianteira sobre os demais candidatos e “virtualmente” eleito no primeiro turno. Pela pesquisa Ibope de 10 de setembro, o candidato tucano teria 46% das intenções de voto, frente a 22% de Aloizio Mercadante do PP, 8% de Celso Russomano do PP e 2% de Paulo Skaf do PSB.

O PT paulista aposta tudo na possibilidade do segundo turno e conta com bons números para isso. Afinal, em 2006, contra José Serra, Mercadante conquistou 31,68% dos votos válidos. E sem grandes escândalos midiá-

ticos associados diretamente à sua candidatura, como foi o caso dos “aloprados” há quatro anos (estranhamente esse tipo de acusação às vésperas das eleições tende a acontecer com mais frequência nas disputas em que Serra é o maior beneficiado...). Diferente da associação com o presidente Lula que tem ajudado muitos candidatos, a única ligação possível para Alckmin no Estado é com Serra que, de acordo o Datafalha, teria menos votos do que ele em São Paulo. A ampla coligação que deu a vitória ao tucano em 2006 desintegrou-se, enquanto Mercadante uniu em torno de si 11 partidos. E os outros “nanicos” não são assim tão pequenos. Os órfãos do malufismo, não menos do que 10% do eleitorado, devem ir para Russomano, um experiente repórter com grande desenvoltura em frente às câmeras. Skaf, que apoiou Alckmin para presidente há quatro anos, é um ex-presidente da Fiesp “convertido” ao socialismo mas com potencial para ampliar sua base no empresariado até pelo menos 5%. E há ainda Fábio Feldman, do PV, e legendas como PSOL e PSTU.

Com tempo igual de TV num eventual segundo turno, Mercadante promete desconstruir a imagem de bons administradores que o PSDB montou com a mídia amiga de São Paulo. O sistema de Metrô da capital ficou parado por três horas no último dia 21 de setembro, com passageiros em pânico quebrando janelas para respirar e caminhando pelos trilhos. O Estado é o que paga os piores salários do Brasil para os delegados da Polícia Civil, que entrou em confronto armado com a PM em frente à sede do governo. A Justiça estadual ficou em greve por quatro meses esse ano. Os professores foram tratados a cassetes e bombas de gás no início de 2010 e os servidores de modo geral não têm reajustes há anos. Os pedágios são os mais frequentes e mais caros do mundo, acabando de vez com a paciência da classe média do interior e litoral. A saúde tem sido privatizada por meio das Organizações Sociais. Se não bastasse tudo isso, nos seis anos como governador, Al-



A “bala de prata” da mídia antiga em 2006 levou a eleição presidencial ao segundo turno. Agora tentam a mesma tática para dar sobrevida à candidatura de Serra.

Alckmin não criou uma única “marca de governo” lembrada pela população.

Se a candidata do PT ganhar mesmo a eleição no primeiro turno (com o atual nível de baixaria na imprensa não é impossível aparecer a mãe de alguém “assassinado pela guerrilheira Dilma” durante a ditadura) e a disputa em São Paulo for para o segundo turno, este será sem dúvida o próximo campo de batalha. Mercadante tentará se aproximar ainda mais de Lula e os futuros benefícios de uma política mais alinhada à da presidenta Dilma. Marta Suplicy também será um reforço importante para levantar o eleitorado na periferia da capital, muito beneficiada em sua administração e que está abandonada desde que Serra e, depois, Kassab assumiram a prefeitura. Mas que ninguém se engane: a direitona paulista vai usar todos os meios mais sujos para manter seu último “bastião de resistência”, incluindo pesquisas fraudadas e manchetes cada vez mais escandalosas. Aí, dedo no olho e joelho abaixo da cintura serão de menos...

*Jornalista



Mãos dadas pela visibilidade

Texto e foto
Henri Figueiredo*

O olhar machista da sociedade patriarcal e a rigidez de costumes culturais ancorados principalmente na religião, levam um grande contingente de mulheres lésbicas a se tornarem “invisíveis” quando o assunto é a própria orientação sexual. Muitas vezes, o preconceito e a discriminação extrapolam o insulto, o menosprezo e a marginalização dessas cidadãs à luz do Estado de Direito e se constituem em perseguição, assédio moral e perda de oportunidades de trabalho. Foi o que aconteceu com a bancária Márcia Cristina Tomé Líbano, 27 anos, que passou a ser constrangida pela gerência do banco onde trabalhava e, após passar por inspeções internas, acabou sendo desligada de suas funções. Como nada de errado foi constatado em sua conduta profissional, Márcia foi demitida sem justa causa com a clássica desculpa da “retenção de despesas”. Tudo porque, segundo ela, tornou-se público em seu ambiente de trabalho – um banco privado do bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro – que ela vivia uma relação estável com a companheira Fernanda Serpa de Oliveira, 33 anos, que é comissária de bordo.

Márcia e Fernanda fizeram parte da plateia no debate em lembrança ao Dia da Visibilidade Lésbica, no Sisejufe, em 31 de agosto. O evento foi promovido pelo Núcleo de Gênero e Raça do sindicato para, de acordo com a diretora sindical Cristina Paiva, “contribuir para o empoderamento das minorias, pautar a situação das lésbicas e combater a discriminação”. O debate contou com a presença de ativistas como Virgínia Figueiredo, da Liga Brasileira de Lésbicas; de Marcelle Esteves, do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT; e de Paula Theodoro, do Movimento D'ELLAS.

Pouco antes do início do evento, Márcia e Fernanda contaram à Ideias em Revista a sua história.

Elas se conheceram em março de 2009 e, meses depois, foram morar juntas. Numa festa de aniversário, o gerente do banco onde Márcia trabalhava soube que ela era lésbica e que Fernanda era sua companheira. Dias depois, o mesmo gerente chamou Márcia à sua sala, ajustou o terno, e perguntou quem, entre elas, desempenhava o papel de “homem na relação”. “Não respondi. Era fim de expediente e havia colegas passando por ali. Foi bem na época em que eu solicitei a inclusão da Fernanda no meu plano de saúde, pela primeira vez”, conta Márcia.

A bancária enfrentou dificuldades para incluir a companheira em seu plano de saúde – o que é facultado pela Convenção Coletiva dos Bancários do Rio de Janeiro. Apesar de apresentar mais documentos do que o necessário para comprovar a relação, o banco negou o benefício à Fernanda. A partir daí, Márcia ficou marcada e passou a ser alvo de perseguição. Primeiro, o gerente levantou suspeitas sobre a sua movimentação bancária – que se dava em conjunto com a companheira. Depois, já tendo de responder à Inspeção do banco, foi inquirida sobre uma suposta fraude que teria acontecido numa conta aberta por ela, em 2008. Márcia desabafou para a inspetora e disse que achava que as questões levantadas contra ela tinham a ver com sua orientação sexual. Depois de ouvi-la, a inspetora solicitou que reproduzisse, de próprio punho, toda sua história. “Eu contei tudo numa folha e meia. Me senti muito humilhada, saí de lá chateada e pensando o que eu faria minha vida. Estava arrasada por ter me sentido acusada de algo que não fiz”, relata.

Em 26 de abril deste ano, Márcia foi demitida “por retenção de despesas”, sem justa causa e sem que lhe fosse informado o resultado da inspeção. Por outras fontes, que não o seu gerente, ela soube que o relatório da Inspeção nada tinha apontado con-

Fernanda (à esquerda) apoia a companheira Márcia – constrangida no banco em que trabalhava e demitida sem justa causa devido a sua relação afetiva



tra ela. Depois disso, Márcia Líbano resolveu acionar o Sindicato dos Bancários e reivindicar sua reintegração.

O apoio da companheira

Diante do abalo emocional da bancária, sua companheira Fernanda Serpa foi o porto seguro. “Eu dizia para a Márcia que aquilo não podia ficar assim. Tínhamos de fazer alguma coisa porque aquilo não era legal. Procuramos o sindicato, organizamos um ato em frente à agência, em que foi o Carlos Minc também. O gerente, que estava na agência, se escondeu e ainda disse aos funcionários novos para descerem e dizer que falávamos mentira. Isso foi no início de maio. O mote do ato era contra a homofobia”, relembra Fernanda. Depois disso, alguns ex-colegas de banco fizeram contato com Márcia temendo pela integridade física dela, que mora próximo à agência bancária em Campo Grande.

Fernanda indigna-se: “Morei 12 anos nos Estados Unidos e isso pra mim é um absurdo. Lá, por mais preconceituosas que as pessoas sejam, elas não abrem a boca senão são processadas. Na minha família, minha mãe dá o maior apoio à minha opção. Desde a primeira vez que falei sobre minha orientação sexual, ela dis-

se que já sabia. Meu pai, que faleceu no ano passado, também sabia. Sem problemas”. O problema familiar aconteceu com a mãe da bancária. “A mãe da Márcia é muito religiosa, evangélica, acha que nossa relação é coisa do diabo”, lamenta Fernanda.

A situação de discriminação e perseguição no ambiente de trabalho, despertou em ambas, Márcia e Fernanda, a necessidade de se engajar no movimento LGBT. “Agora a gente está dando a cara a tapa mesmo, mas acho que no Brasil as coisas demoram pra mudar porque as pessoas têm muito medo de fazer qualquer coisa. Não vamos mudar tudo em dois segundos, mas já é o começo. Vamos pensar em quem é criança hoje e vai viver num mundo melhor”, diz Fernanda.

Para a comissária de bordo Fernanda, a questão da “visibilidade”, de se mostrar ao lado da namorada Márcia, nunca foi uma preocupação: “Era natural”. Já Márcia precisava de discríção, pedia cuidado para não se expor. “Depois do que eu passei, isso mudou pra mim: sou muito mais aberta. Se tiver que abraçar andando na rua, eu vou abraçar, sem medo”, diz a bancária – de mãos dadas com a companheira.

*Da Redação.



Argentina legaliza casamento homoafetivo

A Argentina tornou-se a primeira nação da América Latina a legalizar o casamento de pessoas do mesmo sexo. No dia 21 de julho, a presidente Cristina Kirchner sancionou a lei que autoriza a união no país. Com a medida, do ponto de vista legal, os argentinos acabaram com uma grande polêmica. Além da Argentina, o casamento entre pessoas do mesmo sexo vigora em vários países como Holanda (2001), Bélgica (2003), Espanha (2005), Canadá (2005), África do Sul (2006), Noruega (2009) e Suécia (2009). Em 2010, Portugal e Islândia também passaram a ter lei específica.

Ao assinar a lei, a presidente afirmou que “esta não é

exclusivamente uma lei mas uma constituição social que pertence aos que construíram uma sociedade diversa, formada por todas as classes e credos”. A nova legislação fora aprovada uma semana antes pelo Senado argentino. Por 33 votos a favor, 27 contrários e 3 abstenções, os senadores autorizaram o casamento entre gays. A aprovação ocorreu após vários meses de discussões, que resultaram numa das maiores polêmicas já vistas no país, abrangendo debates a respeito de direitos civis e questões religiosas.

*Da Redação, com agências de notícias

Um dia histórico para comunidade LGBT

Cerimônia celebra união homoafetiva entre Cláudio Nascimento e João Batista

Max Leone*

O dia 11 de setembro foi o marco na luta contra o preconceito no Estado do Rio. Nesta data histórica para o movimento LGBT foi celebrado o pacto de união homoafetiva entre o superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria estadual de Assistência Social e Direitos, Cláudio Nascimento, e o assistente social João Batista Pereira da Silva. A cerimônia no Parque Lage, conduzida pelo juiz Siro Darlan, representou um avanço na condução da causa LGBT. O desembargador homenageou o casal ao citar o poeta português Fernando Pessoa. “O amor é que é essencial, o sexo é só um acidente, pode ser igual ou diferente”, declarou durante a cerimônia.

Emocionados, Cláudio e João trocaram alianças e declamaram, cada um deles, um texto feito especialmente ao amado e em celebração a um momento especial e histórico. Dezenas de pessoas, entre familiares, amigos, membros da comunidade LGBT e autoridades prestigiaram o casamento dos dois. O ex-ministro Carlos Minc, deputado estadual do PT, e a secretária estadual de Cultura, Adriana Rattes, formaram um dos pares de padrinhos.

O desembargador Siro Darlan fez referências à Constituição Federal para afirmar a importância daquele momento histórico. “A Constituição brasileira elegeu o afeto como elemento constitutivo da União Estável, portanto o reconhecimento de uma família dá-se pela presença de um vínculo afetivo. É esse momento de reconhecimento público da existência desse vínculo afetivo entre Cláudio e João que estamos celebrando com muita alegria” afirmou o desembargador.

A cerimônia contou com a presença de muita gente importante. Os secretários estaduais

Siro Darlan: “A Constituição brasileira elegeu o afeto como elemento constitutivo da União Estável, portanto o reconhecimento de uma família dá-se pela presença de um vínculo afetivo”.

de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, e de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques, e personalidades como Rudy Pinho e Milton Cunha lotavam o auditório do Parque Lage para prestigiar o casal.

Música e poemas compuseram a atmosfera da cerimônia que selou a união de Cláudio e João. Coube às atrizes Zezé

Motta e Jane di Castro interpretarem canções especialmente escolhidas pelo casal: Catedral, Case-se comigo e Soneto da Fidelidade. Já a atriz Tacila Sousa declamou um poema que falava do amor incondicional e Lívio Lopes interpretou “Now and forever”. Siro Darlan recitou trecho da epístola de São Paulo que diz “Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos, e não tivesse Amor, seria como metal que soa ou como o sino que tine...”. Ao fundo podia se ouvir a voz de Renato Russo interpretando a versão imortalizada para este texto.

No final da cerimônia houve a proclamação feita por Darlan da união homoafetiva de Cláudio Nascimento e João Silva. A oficial Sonia Maria, do 6º Ofício, fez a leitura resumida da Declaração do Pacto de Conveniência Homoafetiva. Em seguida os noivos e as testemunhas assinaram o documento selando a união dos dois e o momento histórico para a comunidade LGBT.

*Da Redação

Primeira juíza a sentenciar contra racismo palestra no Sisejufe

Tatiana Lima*

Autora do livro “O Negro no Século XXI”, Luislinda Dias de Valois Santos – hoje desembargadora da 18ª Vara do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – palestrou no evento “A visibilidade da mulher negra e a relação de trabalho”, organizado pelo Núcleo de Gênero e Raça, em homenagem ao Dia da Mulher Negra, cuja data é 25 de julho.

Apelidada de “Rui Barbosa de Saia”, “Mandela de Saia” e até Juíza Maleira – porque não tem gabinete e, por isso, anda sempre com uma mala levando e trazendo os processos e materiais de trabalho – Luislinda tem história. Aos 9 anos, ouviu de um professor: “Se você não tem dinheiro para comprar o material escolar, pare de estudar e vá cozinhar feijoada na casa de branco”. A menina deixou a sala humilhada e aos prantos. Mas retornaria: “Não vou parar. Vou estudar para ser juíza e prender o senhor!”.

Este episódio é um marco na história de Luislinda Dias de Valois Santos, soteropolitana e filha de lemanjá. Aos 68 anos, conta, nesta entrevista à Ideias em Revista, como transformou preconceito racial em motivação, tornando-se a primeira juíza negra e quem primeiro sentenciou contra o racismo no Brasil.

*Da Redação.



Ideias A senhora pode contar um pouco da sua origem?

Luislinda – Sou filha de uma lavadeira e de um motoneiro (é motoneiro mesmo) de bonde, nascida no dia 20 de janeiro de 1942. Tenho três irmãos, e aos meus 14 anos minha mãe faleceu. Nesta época tive que tomar as rédeas da família pobre que lutava pela educação e saúde da prole. Quando pequena, ainda com nove anos de idade, meu professor disse, que era melhor eu parar de estudar e ir fazer feijoada na casa de branca. Isso tudo porque apresentei um material escolar feito de um material inferior ao que ele havia pedido. Era um transferidor feito de madeira pelo meu pai. A escola tinha pedido um de plástico, mas não tinha dinheiro para comprar. Fui humilhada, mas tomei coragem. Voltei

“Os Balcões de Justiça e Cidadania e a Justiça Bairro a Bairro tem por objetivo levar a justiça onde o povo está e precisa, a fim de que não se faça a justiça com as próprias mãos.”

e disse que iria ser juíza para prender ele.

Ideias Após a morte da sua mãe, como ficou a situação da família?

Luislinda – Durante a minha primeira infância morei em casa de paredes e tetos feitos de palha. Na adolescência, fui trabalhar no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), após a morte da minha mãe, percebi que era preciso dar mais conforto ao meu pai e irmãos. Por isso, construí uma casa de bloco por cima da casa de taipa, depois comprei uma geladeira, e assim foi. Em seguida, meu irmão foi trabalhar na Petrobras, e um dia nos deparamos com mantimentos que nunca tínhamos visto. Meu pai com toda alegria suspirou e disse: “Agora acabou a miséria nesta casa”. E a vida continuou.

Ideias Então, o acesso a educação foi um transformador na vida da família?

Luislinda – Certamente. Neste meio tempo, fiz alguns vestibulares, mas não concluí os cursos. Depois, fiz Direito na Universidade Católica de Salvador e

concluí. Até que prestei concurso para procuradora federal e fui aprovada em primeiro lugar, mas forças poderosas me mandaram para Curitiba, onde cheguei a chefiar a Procuradoria do DNER, atual Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Meus irmãos também são profissionais exitosos.

Ideias E a magistratura?

Luislinda – Em 1984, tornei-me magistrada da Bahia e retornei ao meu estado natal, onde permaneço na luta com o objetivo de ser promovida ao cargo de desembargadora [Nota da Redação: ao final de agosto, um mês depois de conceder esta entrevista, Luislinda foi nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia]. Não importa se a primeira ou a última juíza negra, o que conta é que sou lutadora em favor dos excluídos.

Ideias Você enfrenta ainda preconceitos mesmo sendo magistrada?

Luislinda – Os obstáculos permanecem. Mas com garra, ousadia e independência, venço todos eles. Tenho recebido de-





As negras ganham menos, mesmo com igualdade de capacidade. A elas são oferecidos serviços que lhes torne invisíveis(...)

zenas de homenagens, concedido dezenas e dezenas de entrevistas, inclusive à BBC de Londres, gente! TVGlobo, TVRecord e fui indicada pelo governo do Paraná como representante da mulher negra no Fórum Mundial das Águas, juntamente com Danielle Miterrand.

Ideias Qual é sua missão como magistrada?

Luislinda – Tenho proferido palestras pelo mundo afora. Os Balcões de Justiça e Cidadania e a Justiça Bairro a Bairro têm por objetivo levar a justiça onde o povo está e precisa, a fim de que não se faça a justiça com as próprias mãos. Além disso, combater o racismo, dentro e fora da magistratura, e tornar a Justiça acessível a todos são meus desafios constantes. Reativei dezenas de Juizados Especiais em municípios da Bahia.

Ideias Porque a senhora escreveu o livro “O Negro no Século XXI”?

Luislinda – O livro tem como proposta levar à sociedade brasileira e à humanidade a real situação dos negros neste século, demonstrando e provando que o racismo está aí tão vivo quanto antes. Apenas mudaram as formas de exercitá-lo.

Ideias Para a mulher negra, a situação do racismo é mais

latente? Mesmo para a senhora, que tem ensino superior e é magistrada?

Luislinda – Sim. Ainda hoje sofro e todos sabem que sofremos o preconceito. Por isso digo sempre: “Quem quiser saber o que é racismo fique negro apenas por 24 horas”. Ainda há muita barreira para os negros e principalmente para as mulheres negras no mercado de trabalho. As negras ganham menos, mesmo com igualdade de capacidade. A elas são oferecidos serviços que lhes torne invisíveis, isto é, sempre estão na linha de frente dos serviços de execução e apoio.

Ideias No começo, a senhora contou como foi humilhada por um professor? Alguma vez, a senhora teve a oportunidade de reencontrá-lo?

Luislinda – Aquele professor que tanto me humilhou foi o maior responsável pelo meu êxito, porque após aquele momento de tristeza disse-lhe que seria juíza e lá voltaria para prendê-lo. Mas ao contrário, na verdade, voltei para dizer-lhe que aquela altura eu era juíza de Direito. Que tal? Na verdade, ele foi ou não o meu grande incentivador? Tenho certeza que sim. Mas não consegui dizer nada disso a ele. Essa foi uma frustra-

ção, porque quando retornei pra dizer-lhe do meu sucesso e agradecer por tudo, ele tinha morrido. Pena que Deus e meus Orixás quiseram assim.

Ideias Qual é o sonho de Luislinda?

Luislinda – Sonho em ver os negros no ápice dos Poderes da República: Executivo, Legislativo, Judiciário. Enfim, sonho que os negros não apenas sejam comandados, mas também possam exercer funções de comando e decidir os rumos do país. Por fim, digo a todos: “NAHNU BRAZILIYUN, que significa SOMOS TODOS BRASILEIROS”.



As ondas dos radioama

Adeptos não temem crescimento da internet e da telefonia celular no país. Meio de comunicação continua cumprindo papel de utilidade pública

Texto e Foto
Max Leone*

Apesar do crescimento do número de usuários de telefonia móvel e da grande expansão da internet nos últimos anos no país, os radioamadores continuam fiéis aos seus ideais e não temem a concorrência de modernos aparelhos celulares, computadores e notebooks. No mês de agosto deste ano, o Brasil passou a ter 189,5 milhões de assinantes de serviço móvel, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e 37,3 milhões acessaram a grande rede pelo menos uma vez em um mês. Mesmo sendo poucos os adeptos desse antigo sistema de comunicação — há registro de 32.900 no país, os participantes mantêm o mesmo propósito: ficarem atentos nas ondas dos rádios para repassar informações a quem precisa. Mas do que um simples hobby, o radioamadorismo praticamente “corre nas veias” dos que participam dos clubes de radioamador que procuram usá-lo em favor da comunidade.

“Não temos a concorrência dos celulares e da internet. Acho que vamos além do hobby. Prestamos, sem dúvida, um serviço de utilidade pública para a sociedade, com a Rede de Emergência que existe no país. Em caso de calamidade pública, ficamos à disposição da Defesa Civil”, explica Paulo Roberto Monteiro Araújo, de 57 anos, presidente da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão do Rio de Janeiro (Labre-RJ) e há 34 anos apaixonado pelo sistema de comunicação.

A Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener), a que presidente da Labre-RJ se refere, foi criada pela Portaria Ministerial MI-302, de 24 de outubro de 2001. O seu objetivo é o de suprir os meios de comunicações usuais, quando eles não puderem ser acionados, em razão de desastre, situação de emergência ou estado de calamidade pública. Além do Brasil, países como Estados Unidos, Japão, México, Espanha, Colômbia, Argentina, possuem Redes de Emergência de Radioamadores, integrada com as autoridades, sempre disponíveis e operantes, nas situações de terremotos, inundações, desabamentos, deslizamentos, incêndios florestais, epidemias, furacões, secas, busca e salvamento de aeronaves e embarcações e outras.

O diretor financeiro da Labre, Marco Antônio Teixeira de Mello, de 66 anos, que desde 1963 é radioamador, lembra episódios em que atuação dos companheiros foi de grande importância para salvar vidas e socorrer feridos. “Na década de 1960, por exemplo, no incêndio no Circo Atlântico, em Niterói, os radioa-



Marco Antônio e Paulo Roberto, da Labre: apesar da expansão da internet

madores ajudaram muito. Como naquela época não havia telefones, a Labre montou estações de transmissão no circo e no hospital para onde as vítimas eram levadas. Eram repassadas informações à base aérea do Campo dos Afonsos com pedido de medicamento para o exterior”, conta orgulhoso.

Outro momento emocionante, contam Paulo Roberto e Marco Antônio, aconteceu du-

rante a tragédia do Haiti, quando um terremoto devastou o país mais pobre das Américas. Pelo menos 200 mil pessoas morreram, 300 mil ficaram feridas, 4 mil foram amputadas, com milhão de desabrigados. Segundo eles, um jovem haitiano procurou a Labre para tentar se comunicar com a família. Foram feitos contatos com radioamadores em Niterói, no Rio Grande do Sul, até chegar ao Haiti, funcionando

dores continuam fortes



e telefonia móvel, radioamadores mantêm função de utilidade pública

como se fosse uma verdadeira teia. “Felizmente, o rapaz obteve a informação de que os familiares estavam bem, diante da tragédia que se abateu no país”, recorda Marco Antônio com ar de missão cumprida.

Os dois dirigentes da Labre-RJ buscam outras histórias, como a da ocasião do deslizamento do Moro do Bumba, em Niterói, onde mais de 30 pessoas morreram, no mês de abril.

Para eles, a atuação de um radioamador também foi de fundamental importância no resgate das vítimas. “Um colega nosso acionou outros companheiros pelo rádio, que repassaram o pedido de socorro para os bombeiros e para os hospitais”, relata Paulo Roberto, ressaltando que essa é a principal função dos radioamadores.

*Da Redação.

Realização de um sonho

Colaborador de Ideias em Revista, o chargista Carlos Latuff também está nas ondas do radioamadorismo. O sonho de menino virou realidade ao se tornar “burro velho”. Latuff também acredita que o rádio continuará tendo seu espaço e seu lugar, independentemente da expansão do celular e da internet. Para ele, os radioamadores sempre demonstraram a importância das comunicações, quando chamados para ajudar em situações nas quais o serviço humanitário e voluntário é colocado à disposição em benefício da população. (Max Leone)

Ideias – O que o elevou a ser radioamador?

Carlos Latuff – Sempre foi um sonho de criança. Me lembro de meu primo brincando com um walkie-talkie, onde a gente conseguia captar transmissões que na época não sabíamos bem o que era. Sem falar que eu captava radioamadores de Rio Pomba (MG) através de um antigo rádiogravador. Mas eram os anos 1990, eu era garoto, não tinha condições nem de fazer a prova do Dental (hoje Anatel) para me habilitar e muito menos comprar um radiotransmissor, que na época era uma fortuna. O sonho ficou adormecido por longos anos. Até que depois de burro velho decidi fazer a prova e comprar o meu equipamento.

Ideias – Você acha que com o expansão da internet e do uso dos celulares, o radioamadorismo corre risco de acabar?

Latuff – Certamente houve uma redução significativa de operadores de radioamadorismo. Acessar a internet é bem mais fácil do que falar legalmente num rádio-transmissor. Bas-

ta um computador e uma conta num provedor e já pode contatar pessoas em todo mundo. Para ser um radioamador é preciso passar numa prova da Anatel, habilitar um aparelho de rádio, obter um indicativo, pagar uma taxa anual, observar regras. No entanto, não importando o avanço das novas tecnologias, o radioamadorismo tem suas especificidades. Se para ter acesso à internet você precisa de um provedor, no radioamadorismo só precisa do rádio e antena, daí as ondas eletromagnéticas fazem o resto. Em situações de desastre, como terremotos, onde linhas de telefone e internet estiverem inoperantes, o rádio continua funcionando, porque não depende de cabos de transmissão. O rádio, portanto, continuará tendo seu lugar, independentemente da internet.

Ideias – Em que situações você usa o rádio?

Latuff – Na maior parte das vezes “bato papo” com operadores do Rio de Janeiro ou levo meu rádio portátil para fazer contato com rádio-amadores nas minhas viagens pelo interior de Minas Gerais.

Chico César faz a ponte

Texto
Henri Figueiredo*
Fotos
Luísa Breda

Um mês depois de ter se apresentado no Rio interpretando João do Vale ao lado de Teresa Cristina, o Sisejufe chamou novamente o cantor e compositor Chico César à cidade. Dessa vez para um espetáculo com sua banda completa no Club Municipal, na Tijuca, na noite de 9 de julho – dentro do 17º Botequim Especial Festa Julina. Como o próprio Chico definiu, ao fim do show, foi um verdadeiro baile com forró, frevo, xotes e muitos sucessos de sua carreira.

Paraibano de Catolé do Rocha, Francisco César Gonçalves, 46 anos, chegou aos 16 na capital, João Pessoa, onde se formou em jornalismo e, de lá, partiu para São Paulo quatro anos depois, aos 21. Desde maio de 2009, Chico está volta a João Pessoa, dessa vez como secretário municipal de Cultura.

Nesta entrevista exclusiva a Idéias, concedida ao fim do show *Francisco Forró e Frevo*, no Club Municipal, Chico César fala de política (ele já foi sindicalista), afirma que dinheiro na arte não é o mais importante, assume com orgulho o “rótulo” de cantor de MPB e diz que o Rio de Janeiro precisa reencontrar a sua vocação da diversidade e perceber que há anos vem celebrando só o que já é célebre.

*Da Redação.

“O velho reivindica um lugar que não é mais dele. Ou é novo, novo, novo, ou velho, velho, velho. Mas há coisas que fazem a ponte, a ligação, e que são fundamentais. Eu me sinto parte disso.”



Idéias – A sua volta para João Pessoa tem tudo a ver com o seu ativismo político na área da cultura. Como tem sido?

Chico César – Depois de 25 anos fora, recebi esse chamado e achei que era um desafio e uma oportunidade para a cidade na qual me formei jornalista. Agora, nessa volta, encontrei uma cidade crescida, com uma vida cultural diferente da que eu deixei. Tive de fazer um exercício de compreensão e de investigação. Fui despachar nos bairros da periferia para ver o que tinha de produção cultural. Estou muito feliz com o trabalho lá.

Idéias – Chico, você já foi sindicalista?

Chico César – No final dos anos 80, início dos 90, participei de uma gestão no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Foi bacana, as questões econômicas dos dissídios nos chamavam muito para reivindicação. Mas meu maior ativismo político sempre foi mesmo como artista alternativo.

Idéias – Você não acha difícil trabalhar na política justamente com a cultura?

Chico César – Rapaz... eu não saberia dizer como é ser cientista e trabalhar com tecnologia de ponta. Não posso reclamar da minha área. Eu me sinto privilegiado de poder trabalhar com a minha subjetividade, com a subjetividade do coletivo, do brasileiro. Ao mesmo tempo há uma certa grita por recursos, dinheiro... dinheiro não é o mais importante. O mais importante é ter uma visão, saber o que se quer fazer. A linha mestra do nosso trabalho em João Pessoa é inclusão social e acesso à cultura. Cultura não para artistas, mas para a sociedade.

Idéias – Foi isso que você pediu para a candidata Dilma Rousseff prestar atenção num



encontro, no início de julho, em São Paulo?

Chico César – Sim, porque os artistas são a ponta do *iceberg* da cultura. Vamos pensar assim: os engenheiros que projetam estradas, não as fazem para eles. Fazem para a população. A cultura não é para quem trabalha com cultura, mas para quem usufrui da cultura. No Brasil, é importante pensar nas manifestações culturais de todas as regiões. E é muito difícil você colocar recursos para todos, facilitar o acesso. Essa é uma briga boa que já começou desde a primeira gestão do governo Lula, com o Gilberto Gil no Ministério da Cultura. Hoje continua com o ministro Juca Ferreira. Foram importantes as conferências municipais, estaduais e nacionais sobre cultura. Acho que quem suceder Lula vai ter que saber o que as conferências propuseram e trabalhar com isso. Há muitos *lobbys*: de compositores, de gravadoras, de editoras, disso e daquilo. O mais importante é entender que o País é diverso, que há manifestações várias e que o dinheiro não é o mais importante, mas sim as oportu-

nidades de opinar, de participar e decidir para onde vão os poucos recursos.

Ideias – Você, como o Gilberto Gil, vive o conflito de estar na vida política, com suas demandas e responsabilidades, ao passo em que a vida artística fica em segundo plano?

Chico César – Claro, tenho o conflito. A missão do artista é muito leve. Ganhamos para fazer coisas que eu acho até que não deveriam ser remuneradas. Tocamos e nos divertimos também. Quando é preciso pensar a cultura, formular propostas, discutir com os meus pares e também lidar com adversidades é bem diferente. Mas são fases. Acho até que o fato de o Gil ter entrado e saído não é sinal de que não deu certo. Ele ficou o tempo necessário. Eu não pretendo ficar o resto da vida nisso. Inclusive se eu me demorar mais do que o necessário, o meu papel começa a ficar redundante e contraproducente.

Ideias – Você tem um estilo, assim como Lenine e Arnaldo Antunes já bem definiram,

“O Rio precisa se colocar de novo na vanguarda do País, uma vanguarda que procura alternativas e não apenas produz para os turistas.”

de uma espécie de artista “inclassificável”. Você já saiu de São Paulo para tocar milongas em Porto Alegre com o Vitor Ramiel. Nesta festa do Sisejufe, fez um show de forró e frevo bastante acelerado e com uma batida contemporânea. Por isso cabe a pergunta: você se vincula a alguma tendência artística, ou mesmo a um estilo de militância cultural? Quais são suas vinculações dentro da arte ou mesmo da política?

Chico César – Olha, eu me sinto MPB – que é um rótulo que muita gente não gosta, mas eu acho bom. Para mim MPB vai da Banda de Pífaros de Caruaru ao Sepultura. O brasileiro vive música no seu dia a dia, quando nasce, quando se forma, quando casa, quando morre. E nem percebe. Nós temos um papel muito importante. Hoje aqui no Club Municipal, me senti fazendo uma espécie de baile – daqueles da minha infância. Foi

ótimo. Nem todos os artistas se aproximam de outros criadores porque não se permitem. Eu me permito e o Brasil permite essa aventura. Ah, os grandes movimentos... bossa nova, tropicalismo. O tropicalismo já rompeu com os cânones. Temos de ir adiante. Depois da Tropicália teve Ivan Lins, Djavan, João Bosco... depois, Luis Melodia, o rock brasileiro. Lembramos agora os 20 anos da morte de Cazuza e ouço alguns radialistas dizendo que, depois dele, não aconteceu mais nada bom na música brasileira. Eu posso citar duas coisas muito poderosas: o Mangue Beat e a música brasileira renovada com Zeca Baleiro, Paulinho Moska, Lenine. Há uma tendência de o velho tentar se perpetuar. E o Brasil é tão, tão rico que,



“O Brasil é o País do passado. Pindorama é a terra do futuro. Temos tudo para sermos, em quatro anos, o País do anti-apartheid.”

hoje, Cazuza já é o velho! Mas já há coisas novas acontecendo, não sei se é a Maria Gadú... o velho reivindica um lugar que não é mais dele. Ou é novo, novo, novo, ou velho, velho, velho. Mas há coisas que fazem a ponte, a ligação, e que são fundamentais. Eu me sinto parte disso.

Ideias – Como você vê a produção musical no Rio hoje e o papel da cidade no cenário artístico do País?

Chico César – Eu acho que o Rio precisa reencontrar a sua vocação da diversidade. Incluir a Zona Norte. Tem muita gente

criando. E no Rio tem essa coisa: ou você é *mainstream* ou é quase nada. Há muitos jovens compositores de MPB que não estão sendo gravados pela Maria Rita, por exemplo. Que já fez o papel dela, mas as pessoas só prestam atenção nos novos que ela gravou. Ela deu pistas. Acho que o Rio, por abrigar a Rede Globo, tem uma tendência a celebrar o que já está se tornando célebre. Diferente de São Paulo ou do Recife que cultuam uma coisa *underground*. Tem uma cena de cantores e compositores em Niterói, como a Sueli Mesquita que faz saraus e reúne artistas, que o Rio quase não conhece. O Rio precisa se colocar de novo na vanguarda do País, uma vanguarda que procura alternativas e não apenas produz para os turistas.

Ideias – Como você vê o Brasil nos próximos quatro anos?

Chico César – O Brasil é o País do passado. Pindorama é a terra do futuro. É preciso integrar os remanescentes dos indígenas, dos negros para que a gente não se torne uma espécie de Austrália, em que a parte econômica se desenvolve e o povo original fica à margem, discriminado. Não podemos chegar assim à Copa de 2014. Temos tudo para sermos em quatro anos o País do anti-apartheid.



Rio é contra o latifúndio e quer limitação da propriedade da terra

Max Leone e Tatiana Lima*

A população do Rio de Janeiro é contra o latifúndio e a favor da limitação da propriedade da terra. Mesmo ainda faltando a apuração de votos de algumas regiões onde o Plebiscito Popular pelo Limite da Terra foi realizado no estado, resultado parcial da contagem mostra que 95% dos participantes responderam sim à pergunta “Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?”. Segundo Marcelo Durão, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um dos coordenadores da campanha no Rio, 30 mil votos deverão ser registrado pelos organizadores na totalização final. O plebiscito no Rio ocorreu entre 30 de agosto e 10 de setembro. Em todo o país foi organizado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades da sociedade civil, como o MST. O Sisejufe apoiou plebiscito colocando uma urna em frente ao Centro Cultural da Justiça Federal.

O segundo item da consulta também revela, mesmo que com números não conclusivos, que o cidadão fluminense está consciente sobre as melhorias que a limitação das grandes propriedades rurais traria para a sociedade. Para o questionamento “Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?”, 93% dos que votaram no plebiscito disseram sim, que acham que a produção de alimentos vai aumentar com a



limitação dos grandes latifúndios.

“Vamos fazer uma reunião de avaliação nos próximos dias, assim que apuração terminar. Temos que mandar o resultado da consulta do estado para a comissão nacional da campanha até o fim do mês de setembro”, explica Sidnei Luiz Ramos do MST, articulador da campanha do Rio, ressaltando que o resultado final do plebiscito realizado em todo o país será divulgado nos dias 18 e 19 de outubro.

No Rio, um ato político e cultural deu o pontapé inicial à consulta, dia 27 de agosto, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A companhia teatral Grupo Urbitantes, da UniRio, que promove intervenções urbanas, abriu o ato com a apresentação “Homem Produto”, que demonstra como o alto índice de consumo tem invadido as pessoas e prejudicado os trabalhadores que vivem da venda dessas mercadorias. A votação ocorreu em 50 locais diferentes na capital e em Campos, Norte Fluminense.

Mais de 550 urnas foram colocadas à disposição dos participantes. “Apesar do pouco tempo de divulgação, consideramos positiva a participação. No plebiscito da Vale tivemos 80 mil votantes. Acha-

mos que se chegarmos a 30 mil será muito bom”, afirma Durão, lembrando que chegou a fazer três debates no mesmo dia e no mesmo local sobre o tema.

Além do plebiscito, a população brasileira também foi convidada a participar de um abaixo-assinado que continua circulando em todo país até o final deste ano. O objetivo desta coleta de assinaturas é entrar com um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Nacional para que seja inserido um novo inciso no Artigo 186 da Constituição Federal que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural. Segundo os organizadores, o plebiscito popular tem a tarefa de ser, fundamentalmente, um importante processo pedagógico de formação e conscientização do povo brasileiro sobre a realidade agrária do país e de debater o melhor projeto para a população.

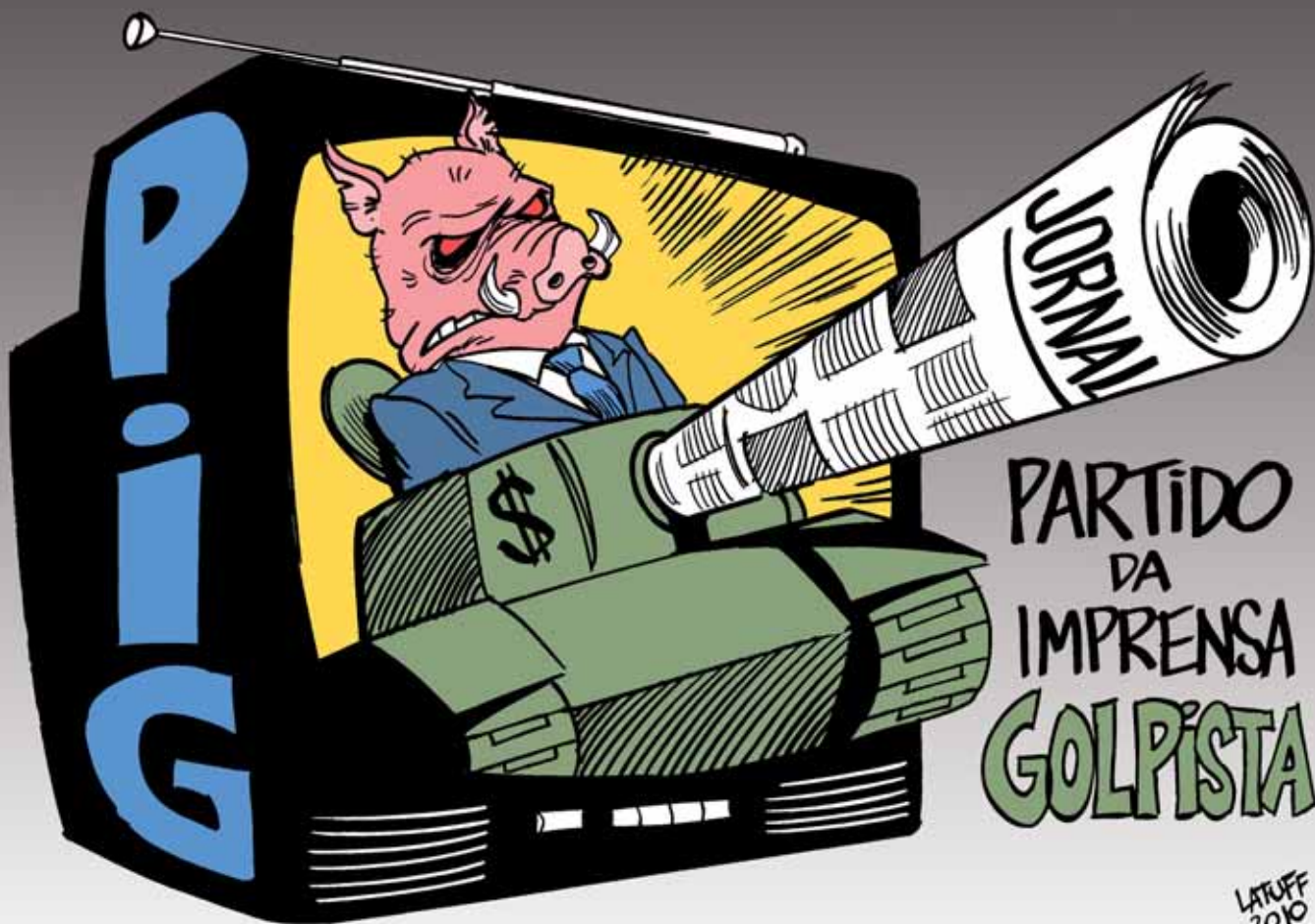
A proposta da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra visa pressionar o Congresso Nacional para que seja incluído na Constituição Federal um novo inciso que limite o tamanho da terra em até 35 módulos fiscais – medida sugerida pela campanha do Fórum Nacional

pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA). Áreas acima de 35 módulos seriam incorporadas automaticamente ao patrimônio público e destinadas à Reforma Agrária. Caso a proposta seja aprovada, apenas cerca de 50 mil grandes propriedades de terra seriam atingidas no país.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a concentração de terras no país aumentou nos últimos 10 anos. Grandes proprietários de terra representam mais de 43% da área ocupada. Apenas 3% de terra no Brasil são de pequenos proprietários. O Brasil é o segundo país no mundo que mais concentra terras, perde apenas para o Paraguai.

De acordo com os estudos publicados no caderno Conflitos no Campo Brasil, da Pastoral, entre 1985 e 2009, cerca de 2.700 famílias, em média, por ano foram expulsas da terra. Assassinadas em conflito pela terra, foram 63 pessoas ao ano. Já em relação às prisões, a média é de que a cada ano, 422 pessoas foram detidas devido aos conflitos, o que dá em média 765 conflitos por ano, mais de 2 por dia.

*Da Redação





FIRST ANC

VIAGENS E TURISMO



'Yes, you can'

Sim, você pode ter o Réveillon de seus sonhos!



Réveillon em Buenos Aires

4 noites

Passagem aérea, traslados, hospedagem com
café da manhã e city tour.

A PARTIR DE:

entr. R\$ 204 + 9x R\$ **127,**
ou a vista a partir de R\$ 1.347



Réveillon em Barcelona

5 noites

Passagem aérea, traslados, hospedagem com
café da manhã e city tour.

entr. R\$ 644 + 9x R\$ **297,**
ou a vista a partir de R\$ 3.317



Réveillon em Paris

5 noites

Passagem aérea, traslados, hospedagem com
café da manhã e city tour.

entr. R\$ 684 + 9x R\$ **317,**
ou a vista a partir de R\$ 3.537

Informações e outras opções de roteiros:

(21) 2533-9390 / 2532-6282

anc@ancturismo.com.br - www.ancturismo.com.br

CURSO DE ESPANHOL CUT – Sisejufe promovem viagem à Buenos Aires

Com a opção de se escolher entre 8 ou 15 dias de imersão no idioma de Cervantes, a viagem de estudos à Argentina acontecerá em janeiro de 2011.

O curso será na Expanish Spanish School e o preço está incluído no pacote. Trata-se de uma viagem de intercâmbio completo, com hospedagem em casas de famílias argentinas conveniadas à escola (ou seja, 24 horas de espanhol) e passeios no turno da tarde com guia turístico e o professor. A viagem é aberta para quem já fez espanhol ou para quem ainda vai estudar o idioma.

PACOTE DE 8 DIAS: US\$ 1.200 + taxa de embarque
PACOTE DE 15 DIAS: US\$ 1.500 + taxa de embarque

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

Luiz Fernando ou Maria Octávia Cunha
de segunda a sexta de 10 às 18h.

Guirlanda Viagens e Turismo Ltda.
Rua Jardim Botânico, 635 sala 903 – Rio de Janeiro
RJ - Brasil - Telefax (021)2275-6081 e 2541-8343
www.guirlandamda@guirlandatur.com.br
www.guirlandatur.com.br



A atualidade de Marx e do Marxismo

HISTÓRIA, TEORIA E POLÍTICA

O Sisejufe e a CUT-RJ, vão promover o curso “Marxismo da III Internacional”.
Se você tem curiosidade sobre o tema, esta é a oportunidade.

O curso vai debater o contexto histórico, econômico e sócio-político e as principais referências intelectuais e políticas do Marxismo da III Internacional; o processo revolucionário na Rússia e a construção do marxismo na Alemanha e Itália. Também explicará a participação e as contribuições de Lênin, Trotsky, Stalin, Bukharin, Kamenev, Zinoviev, Kautsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci para a história do marxismo.

No total, serão dez aulas, entre 11 de outubro a 13 de dezembro. As aulas acontecem sempre às segundas-feiras, das 19h às 22h, no auditório do Sisejufe, na Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º Andar.

As inscrições já estão abertas. Servidores filiados ao Sisejufe pagam R\$ 20.

Mais informações pelos emails: roberto@sisejufe.org.br, heldermolina@ig.com.br,
secretaria@cutrj.org.br ou formacao@cutrj.org.br.